

Neoliberalismo e Democracia¹

António José Avelãs Nunes²

1. – Terminada a 2.^a GM, os EUA começaram, logo em 1945, a definir uma estratégia político-militar de expansão do império. O lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki marca, simbólica e dramaticamente, o início deste processo.

Logo em Set/1947, Henri Wallace (Vice-Presidente dos EUA no último mandato de Roosevelt e então membro do Governo Truman) colocou esta pergunta: “que impressão deixa nas outras nações a actividade dos EUA desde o dia da vitória?” E deu esta resposta: damos “a impressão de que debitamos frases ocas sobre a paz à mesa de conferência, mas tentamos ser os mais fortes para intimidar o resto da Humanidade.”

Num texto de 2023, o conceituado jornalista americano Chris Hedges diz que, desde o fim da 2.^a GM, os EUA são responsáveis por “golpes, assassinatos políticos, fraudes eleitorais, propaganda negra, chantagem, raptos, campanhas brutais de contra-insurreição, massacres sancionados pelos EUA. (...) Estas intervenções provocaram mais de 20 milhões de mortos e nunca resultaram no estabelecimento de um governo democrático.”

No mesmo sentido vão as conclusões do Prof. Daniel Bessner: as tropas dos EUA mataram, durante o período da *Guerra Fria*, pelo menos 20 milhões de pessoas, 1200 pessoas por dia! Se estivesse aqui presente, o Prof. Noam Chomsky comentaria: são *crimes ocidentais*, que qualificam os EUA como “uma das principais nações terroristas”, um “país viciado em guerra”, um país que constitui “a principal ameaça à paz em todo mundo.”

¹ Palestra proferida como aula magna para a Turma 2025 do PPGD-FURB, no dia 11 de março de 2025. Maiores detalhes do evento disponível em [Programa de Pós-Graduação em Direito da FURB promove aula magna com pesquisador da Universidade de Coimbra | FURB](#)

² Professor catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi membro dos cinco primeiros governos após a Revolução dos Cravos atuando na tutela do Ensino Superior e da Investigação Científica. Foi Vice-Reitor da Universidade de Coimbra de 12 de fevereiro de 2003 até à sua Jubilação, em 16 de Dezembro de 2009. É Membro Correspondente da Academia Brasileira de Direito Constitucional. É Membro Honorário da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Doutor Honoris Causa por diversas universidades brasileiras e europeias. Autor de diversos livros e artigos jurídicos publicados em vários países. Currículo disponível em <https://www.fd.uc.pt/~anunes/cfuniversitarias.html>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0771-5159>. E-mail: anunes@fd.uc.pt

2. – Depois da derrota do nazi-fascismo, os dirigentes do mundo capitalista perceberam a mensagem do economista inglês John Maynard Keynes: para salvar o capitalismo, é preciso mudar alguma coisa, deitando fora as velhas concepções liberais e abrindo a porta ao reforço do papel do Estado na economia e no ‘governo’ da economia. Este o sentido da chamada *revolução keynesiana*. No plano político, o chamado *Consenso Keynesiano* traduziu o *compromisso* exigido para conseguir o que Wolfgang Streeck (talvez o mais importante sociólogo da actualidade) chama a “paz democrático-capitalista”: a substituição do *capitalismo fascista* pelo que ele chama “capitalismo democrático.” Sobretudo na Europa e nos EUA, os *trinta anos gloriosos* após a 2.^a GM registaram um bom ritmo de crescimento económico, com baixas taxas de desemprego e taxas aceitáveis de inflação. Houve quem falasse da “obsolescência dos ciclos económicos” e de *capitalismo sem crises*. Floresceu a literatura sobre a *sociedade da abundância*.

Alguns concluíram que Keynes tinha atirado o marxismo para o domínio da arqueologia. Outros defenderam que a *revolução keynesiana* tinha introduzido no capitalismo *elementos de socialismo* e o *estado social de matriz keynesiana* configurava um *sistema misto*, mais próximo do socialismo do que do capitalismo. Os mais radicais sustentavam que deixara de fazer sentido lutar pelo socialismo: o *estado social* já era o socialismo.

3. – O mundo mudou nos anos 1970: as chamadas *crises do petróleo* forçaram a Administração Nixon a abandonar a convertibilidade do dólar em ouro a uma taxa fixa. Começou a vigorar o *sistema de câmbios flutuantes*, que significa a entrega ao *mercado* (aos grandes *especuladores institucionais*) a fixação dos preços das divisas.

Surgiu então o chamado *paradoxo da estagflação*: ao contrário do que antes acontecia (os preços baixarem nos períodos de depressão e de desemprego), a depressão e o desemprego conviviam agora com taxas de inflação elevadas e crescentes. As grandes empresas monopolistas conseguiam impor preços elevados e crescentes, apesar da diminuição da produção e do aumento do desemprego e consequente diminuição da procura. Era o fim do mito da *soberania do consumidor* e do mito do *capitalismo sem crises*. Afinal, as ‘doenças’ congénitas do capitalismo não tinham sido exterminadas.

Os *neoliberais*, capitaneados por Friedrich Hayek e Milton Friedman, aproveitaram a onda e vieram acusar Keynes e as políticas de inspiração keynesiana de todos os males do mundo. Uma

poderosa operação de propaganda ideológica numa escala nunca vista consolidou o *neoliberalismo* como ideologia dominante.

Pouco depois da publicação de *O Caminho da Servidão* (1944), Hayek foi convidado para uma série de conferências públicas nos EUA. O próprio Hayek reconhece a natureza do seu ‘trabalho’:

“O que eu fiz na América foi uma experiência muito corruptora. (...) Tornamo-nos actores e eu não sabia que tinha essa qualidade em mim. Mas, tendo a oportunidade de jogar com uma audiência, comecei a gostar.”

Alguns anos mais tarde (1961), o mesmo espectáculo propagandístico foi montado à volta do livro de Milton Friedman *Capitalism and Freedom*, culminando com uma série de programas que ocuparam o horário nobre nas televisões de todo o mundo capitalista.

● A História mostra que o liberalismo (que marcou os primeiros tempos do capitalismo) fez deste a *civilização das desigualdades*. No início dos anos 1950, Raúl Prebisch (o argentino que foi o primeiro Presidente da CEPAL) defendia que as políticas liberais defendidas pelo FMI (as famosas *pílulas do Dr. Jacobson*, Director-Geral do FMI) só poderiam ser aplicadas *manu militari* (pela força das armas). Pela mesma altura, o Secretário de Estado norte-americano Dean Acheson comentou: “o problema da economia de mercado livre é que requer demasiados polícias para poder funcionar.”

Os acontecimentos posteriores, nomeadamente na América Latina, confirmaram o acerto deste diagnóstico. Hoje, o *neoliberalismo* é, visivelmente, a expressão ideológica da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, hegemonia construída e consolidada com base na acção do *estado capitalista*, e é a ‘filosofia’ inspiradora da *ditadura do grande capital financeiro*.

O recurso às técnicas mais sofisticadas de manipulação da informação (e até da ‘ciência’) transformou o neoliberalismo numa espécie de ‘religião’: “as ideias de mercado livre adquiriram uma dimensão quase religiosa que levou alguns aderentes a parecerem discípulos de uma seita secreta em vez de investigadores da verdade.” O mercado substituiu a política e o que resta da política converteu-se em *religião* e passou a reger-se por *dogmas*, dogmas que não podem ser objecto de qualquer votação, e que vigoram independentemente da vontade dos povos, dogmas infalíveis e inquestionáveis como todos os dogmas de todas as religiões. Fiéis confessos do *argumento TINA* (“There is no alternative”) registado pela Sr.^a Thatcher, os defensores do neoliberalismo

consideram-no “única fé verdadeira”, ‘excomungando’ como ‘herejes’ todos os que se lhe opõem, como fazia a Santa Inquisição (só não há fogueiras purificadoras porque o tempo não ajuda...). O totalitarismo está no cerne do neoliberalismo.

● As referidas *crises do petróleo* trouxeram ainda à luz do dia um outro fenómeno, o da *tendência para a baixa da taxa média de lucro nos sectores produtivos*, diagnosticado e estudado em algumas das economias capitalistas mais desenvolvidas.

A salvaguarda das margens de lucro exigia um reforço da exploração dos trabalhadores, sacrificando os seus rendimentos e os seus direitos. Mais uma vez convencidos da eternidade do capitalismo, os centros de gestão do capitalismo à escala mundial entenderam que a correlação de forças permitia deixar cair o *compromisso keynesiano* e assumiram que podiam usar em seu proveito todas as liberdades, incluindo as que matam as liberdades dos que vivem do rendimento do seu trabalho.

Neste contexto, o *Consenso Keynesiano* foi substituído pelo chamado *Consenso de Washington*:

- *liberdade absoluta de circulação de capitais* à escala mundial;
- *independência dos bancos centrais*, com a conseqüente ‘privatização’ dos estados, que perderam elementos fundamentais da soberania (controlo do sistema financeiro, da emissão de moeda, das taxas de juro e das taxas de câmbio), que perderam o controlo sobre o destino da poupança nacional e que ficaram dependentes dos mercado para o financiamento das suas políticas;
- *princípio da banca universal*: os bancos podem desenvolver quaisquer operações financeiras, incluindo actividades puramente especulativas nas quais comprometem os depósitos dos seus clientes (*a poupança nacional*);
- políticas de *arrocho salarial*, que entregam ao capital os ganhos da produtividade – apesar de esta estar cada vez mais ligada ao homem trabalhador, enquanto produtor, depositário e utilizador do conhecimento – e que promovem a baixa dos salários (o aumento do *trabalho não pago*), para tentar compensar a subida dos custos financeiros (factor que potencia a *baixa tendencial da taxa média de lucro*);
- ataque às organizações sindicais e à contratação colectiva;

- sistemas fiscais favoráveis aos titulares de rendimentos do capital e aos titulares de grandes fortunas;
- asfixia do *estado social*.

● A *internacionalização* foi a poção mágica inventada para a doença grave dos capitalismos nacionais.

Esta é a origem da chamada *globalização*, que não é, evidentemente, a consequência inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico. Ela é uma *política* inspirada nos dogmas neoliberais, apostada na imposição de um *mercado único de capitais à escala mundial* e de um *mercado mundial da força de trabalho*, que trouxe consigo um aumento enorme do *exército de reserva de mão-de-obra*.

O Prémio Nobel Joseph Stiglitz tem insistido na tese de que esta ‘globalização’ é uma *política* que corresponde aos interesses das grandes empresas que vivem de rendas (*rent-seeking*), que “condicionam a máquina política”, conseguindo que os estados “definam as regras da globalização de forma a aumentar o seu poder negocial com os trabalhadores” e a reduzir os impostos pagos por elas. Stiglitz fala, a este respeito, de uma “nova ditadura das finanças internacionais”, mais sofisticada e talvez mais radical que “as antigas ditaduras das elites nacionais.” É a *ditadura do grande capital financeiro*.

4. – Derrotado o nazi-fascismo graças ao contributo decisivo dos povos da URSS, o interesse estratégico da Europa apontava claramente no sentido da celebração de um acordo de segurança colectiva com a URSS, acompanhado de acordos de comércio e de cooperação, nomeadamente nas áreas da investigação científica e da cultura.

De algum modo, este era o plano de De Gaulle quando falou de uma *Europa de nações livres*, uma *Europa independente dos EUA*, uma *Europa do Atlântico aos Urais*. Para deixar bem claro este seu propósito, e para protestar contra o *privilegio intolerável* atribuído ao dólar dos EUA, a França de De Gaulle foi o único país que exigiu aos EUA a conversão de dólares em ouro, nos termos previstos nos Acordos de Bretton Woods (1944). De Gaulle nunca viu a OTAN com bons olhos e retirou as forças armadas francesas da alçada do comando militar da Organização. E sempre olhou com desconfiança o projecto do *Mercado Comum* plasmado no *Tratado de Roma* (1957), que, a seu ver, visava favorecer a recuperação da Alemanha à custa da França, no quadro da estratégia global dos EUA de domínio hegemónico de todo o mundo capitalista, incluindo a Europa.

Como veremos à Frente, a ‘Europa’ que saiu do *Tratado de Roma* (1957) é uma *Europa* muito diferente da Europa pretendida por De Gaulle e por muitas forças de esquerda. Como os EUA pretendiam, o processo de integração europeia iniciado em 1957 visou acelerar a recuperação do poderio económico, político e militar da Alemanha e fazer da ‘Europa’ um soldado raso do ‘exército’ americano na *guerra fria*.

- A derrota do nazi-fascismo foi também a derrota do projecto do grande capital alemão de conquistar *espaço vital* (o famoso *lebens raum*), colonizando a Europa ocidental e ‘escravizando’ a Europa eslava. Pensava-se, por isso, que a Europa, liberta do estatuto de colónia a que estivera condenada, poria fim aos impérios coloniais, aceitando o *direito dos povos colonizados à autodeterminação e à independência*, consagrado na Carta da ONU.

Mas o rumo da História foi outro.

Em 1944, na Conferência de Brazzaville, a França proclamou “o direito da França a um império colonial”, acrescentando que “os povos africanos não precisam de nenhuma outra liberdade que não seja a liberdade dos franceses.” Assim mesmo.

Num tempo em que políticos como François Mitterrand falavam da *França de Lille a Brazzaville* (como os salazaristas falavam do *Portugal do Minho a Timor*), começou a desenvolver-se o *Projecto Euráfrica* (a associação ao projectado *mercado comum europeu* dos países e territórios ultramarinos), considerado “indispensável para a sobrevivência económica e geopolítica da Europa.” Na *Conferência de Berlim* (1884/1885), as potências europeias dividiram entre si, a regra e esquadro, os territórios coloniais de África. Desta vez, preferiram juntar esforços para constituir uma espécie de *holding* destinada a *gerir em conjunto* as colónias das potências europeias, nomeadamente da Bélgica e da França. Kwame Nkrumah, o primeiro Presidente do Ghana, falou de *colonialismo colectivo*.

Para os dirigentes europeus (socialistas e democratas-cristãos), “a integração europeia só poderia concretizar-se através da exploração coordenada da África e a África só poderia ser eficientemente explorada se os estados europeus cooperassem e coordenassem as suas capacidades económicas e políticas.” E a harmonia era perfeita: “aquilo que a Europa precisa de comprar é produzido na África e aquilo que a Europa quer vender é necessário na África.” A integração europeia era vista como “a última oportunidade para a Europa e a única esperança para a África.”

O *Projecto Euráfrica* era uma oportunidade para a Europa, porque a África era rica em matérias-primas (várias e abundantes), em produtos alimentares exóticos, em recursos minerais (ferro, cobre, zinco, tungstênio, manganês, urânio), em fosfatos e ainda em petróleo e gás natural (recém-descobertos no Sahara). Uma verdadeira dádiva dos deuses, capaz de “prover a Europa com matérias-primas para a sua indústria, alimentos para a sua população, terra para a sua sobrepopulação, trabalho para os seus desempregados e mercados para os seus produtos.”

Era a única esperança para a África, porque a *África negra* era incapaz de se desenvolver e civilizar, cabendo à *Europa branca* a *missão* (civilizadora) de desenvolver a África. O Primeiro-Ministro francês, o socialista Guy Mollet, insistia no velho discurso colonialista/paternalista de que a integração dos povos africanos numa *grande entidade euro-africana* “serviria, fundamentalmente, os interesses dos povos africanos, fomentando a sua prosperidade, de modo a conduzi-los ao desenvolvimento económico, social e cultural a que aspiram”, para que, “com a assistência das nações mais desenvolvidas, eles alcançassem a democracia e uma verdadeira independência.” Muito pesado é o *fardo do homem branco*...

No Congresso da Haia (Maio/1948), os dirigentes da Europa concluíram: “se queremos tornar viável a *Europa livre*, temos de, *em conjunto*, explorar as riquezas do Continente Africano, tentando encontrar aí as matérias-primas que estamos a adquirir na área do dólar e que não somos capazes de pagar.” A *Europa livre* exigia, pois, a colonização e a exploração dos povos do Continente Africano! Guy Mollet defendeu na ONU que a guerra que a França fazia na Argélia contra o povo argelino que lutava pela sua independência (uma guerra que durou entre 1954 e 1962) era uma guerra “em defesa da Europa e do mundo livre.” O governo fascista português disse exactamente o mesmo quando os povos das colónias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné) iniciaram a luta armada para fazer valer os seus direitos (a recusa de qualquer diálogo por parte do governo português não lhes deixou outra alternativa).

● Dizia-se então: “economicamente, a *Euráfrica* pode muito rapidamente tornar-se uma potência igual à URSS e aos EUA, assegurando o equilíbrio entre eles. Económica e militarmente, a *Euráfrica* será uma *potência nuclear*. Nos seus imensos territórios, que nenhum inimigo pode ocupar, destruir ou obliterar, ela poderá produzir bombas atómicas. O que significa que ninguém a atacará.”

Era um discurso militarista, apostado na difusão das armas nucleares. Mas era um discurso falso, *para europeu ver*... Numa viagem oficial aos EUA, Guy Mollet sublinhou, perante o Senado,

que o *Projecto Euráfrica* estava *em perfeita linha com os interesses dos EUA e da OTAN*. Afinal, tal projecto não servia para enfrentar, de igual para igual, o *império americano*, antes estava alinhado com os propósitos de domínio do *Big Brother*, de que a OTAN foi, desde o início, um poderoso instrumento. Como é óbvio, o projecto *Euráfrica* não tinha nada que ver com a *promoção do progresso, da felicidade e da democracia na África*, antes visava eternizar o colonialismo e a exploração colonial, dentro da estratégia imperialista global.

O que é certo é que o *Tratado de Roma* consagrou a associação dos Territórios Ultramarinos na CEE (embora prevendo que o futuro *mercado comum euro-africano* só se concretizasse após um período de 12 a 17 anos).

- Mas a questão colonial esteve igualmente presente nas negociações para a constituição da OTAN, porque a França pretendia incluir no âmbito da Organização todo o Norte de África (Argélia, Tunísia, Egito, Canal de Suez e o Norte de Marrocos). A Bélgica, aproveitando a onda, propôs que também o chamado Congo Belga fosse incluído na Organização. Não se foi tão longe, mas o Tratado que criou a OTAN estipula que “um ataque armado contra uma ou mais das Partes inclui o ataque ao território de uma qualquer das Partes na Europa ou na América do Norte e aos Departamentos argelinos da França.” A França conseguiu o essencial: integrar na OTAN a Argélia, considerada pelos colonialistas franceses *parte integrante da França metropolitana*.

Como é sabido, esta tentativa de *colonialismo colectivo* fracassou, porque os povos colonizados lutaram pelos seus direitos e, apesar de violentamente reprimidos pela ‘Europa democrática’ na sua luta pela liberdade e pela dignidade, conseguiram a independência.

5. – Muitos pensaram que, após a derrota do nazi-fascismo, a Europa iria assumir-se como uma terra de paz e promotora da paz. Em nome desta ideia, os Aliados chegaram a admitir, a par da “desnazificação enérgica” da Alemanha e da internacionalização do Sarre, do Ruhr, de parte da Renânia e da Alta Silésia, a *desmilitarização* do país, no quadro de uma *estratégia de desindustrialização* que se traduziria no desmantelamento da sua capacidade industrial e na redução da Alemanha a uma *nação agrícola e pastoril*.

Mas os projectos de domínio global dos EUA cedo impuseram um programa de enfraquecimento e de domínio da Europa, transformando o Velho Continente, com a cumplicidade dos seus dirigentes, num instrumento da *guerra fria*, da cruzada anti-comunista.

Contra o que tinha sido acordado em Yalta e que a URSS sempre defendeu (manter a Alemanha como um estado unificado), os EUA promoveram a criação de um estado autónomo na parte ocidental da Alemanha (a República Federal da Alemanha, com capital em Bonn). Constituída a RFA, os EUA e os seus aliados europeus esqueceram a desnazificação e a desmilitarização da Alemanha e promoveram a recuperação económica, política e militar da RFA.

Em Abril/1949 foi criada a OTAN. Hoje, muitos estudos universitários defendem que ela foi, desde a sua origem, um instrumento essencial da política dos EUA no sentido de *separar a Europa da URSS* (e da Rússia, depois do desaparecimento da URSS) e de *dominar a Europa* (os EUA mantêm ainda hoje na Europa dezenas de bases militares, com milhares de soldados e armamento de todo o tipo).

Em Agosto/1949, a URSS tornou-se uma potência nuclear. E em 1950 começou a *Guerra da Coreia*. Os EUA tiveram de reduzir os seus efectivos no Velho Continente e de aliviar as despesas militares com a ‘ocupação’ da Europa, passando a exigir maior participação dos europeus no financiamento do projecto da sua própria ‘colonização’.

Daí a pressão sobre o RU e sobre a França no sentido de aceitarem o rearmamento da RFA e a sua entrada na OTAN. Nestas novas circunstâncias, o governo francês propôs (*Plano Schuman*, 9.5.1950) que toda a produção franco-germânica de carvão e de aço fosse colocada sob uma alta autoridade conjunta no quadro de uma organização que estaria também aberta à participação de outros países da Europa.

Aceite esta proposta francesa pela RFA, pela Itália e pelos países do *Benelux* (Bélgica, Holanda, Luxemburgo), foi constituída a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (CECA), a primeira das comunidades europeias. Ainda cheirava ao sangue dos crimes cometidos pelo nazi-fascismo e a RFA é acolhida, pela primeira vez, numa organização internacional em pé de igualdade com outros estados europeus, o que aconteceu (quem diria!) pela mão da França, ocupada, espoliada e humilhada pela Alemanha nazi durante quatro anos.

Em 1955, a RFA foi acolhida como membro da OTAN: em vez da *desnazificação*, assistiu-se a uma verdadeira *renazificação* do aparelho de estado da RFA; em vez da desmilitarização, a integração no bloco político-militar comandado pelos EUA.

Logo em Jun/1955 começaram os trabalhos da *Conferência de Messina*, que culminariam em 1957 com a assinatura do *Tratado de Roma*, que criou a CEE.

6. – De Gaulle antecipou que a ‘Europa’ saída do *Tratado de Roma* poria em causa a democracia, ao confiar a condução da política, em questões essenciais, a “organismos tecnocráticos supranacionais que tendem inevitavelmente e abusivamente a tornar-se super-estados irresponsáveis politicamente.”

Também Pierre Mendès-France justificou o seu voto contra o Tratado de Roma ao lado dos deputados comunistas com a alegação de que ele conduziria à “abolição da democracia.” Acertou em cheio: a ‘Europa’ foi sempre construída “à porta fechada, ignorando sempre os povos” (Jürgen Habermas), ao longo de um processo que tem assentado (Georges Sarre) na “mentira política institucionalizada, na hipocrisia, no ilusionismo.” Como escreveu Bernard Cassen, “a História da construção europeia é a História do seu défice democrático.”

- São mais que muitos os episódios que ilustram o culto de uma democracia de fachada, na qual o *povo soberano* não é ouvido nem achado.

Em 1992, os eleitores da Dinamarca votaram contra o *Tratado de Maastricht*. Foram obrigados a votar outra vez, até que o Tratado foi aprovado.

Em 2001, os irlandeses votaram contra o *Tratado de Nice* e, em 2008, votaram contra o *Tratado de Lisboa*. Votaram mal, disseram os *donos da Europa*. Foram obrigados a voltar às urnas, para emendar o erro cometido.

Em 2004, o *Presidium* da *Convenção* que se propôs elaborar um projecto de *Constituição Europeia*, decidiu dar como *aprovado por consenso* o texto apresentado pelo *Presidium*, sem ter havido qualquer votação entre os seus membros, apesar de terem sido apresentadas 5000 propostas de emendas ao texto inicial.

Seguindo o mesmo caminho, o Conselho Europeu decidiu aprovar tal qual o texto proposto pelo *Presidium*, sem sequer o discutir. O seguro morreu de velho...

Quando se tratou de ratificar o Tratado que incluía a *constituição europeia*, apenas os povos da França e da Holanda foram ouvidos em referendo. Em ambos os países, os partidos no governo e os principais partidos da oposição aprovaram, nos respectivos parlamentos, por larguíssima maioria, o texto da dita ‘constituição’ e fizeram campanha juntos a favor do voto SIM no referendo. Apesar da chantagem a que foram sujeitos, os povos da França (54,7%) e da Holanda (62%) votaram NÃO, deixando claro que os seus representantes eleitos não tinham respeitado a vontade de quem os elegeu.

● Conhecido o resultado, o Presidente Jacques Chirac teve o bom senso de afirmar: “os cidadãos dizem não à Europa porque recusam a Europa como ela é.” O respeito pela vontade dos povos impunha que se arrepiasse caminho e se começasse a construir uma ‘Europa’ diferente da que tinha sido construída até então.

Mas não foi o que aconteceu: a ‘constituição europeia’ foi substituída pelo *Tratado de Lisboa*, que *diz exactamente o mesmo* (os chamados dirigentes europeus, numa atitude desprezo para com os povos da Europa, não se cansaram de insinuar neste ponto). Pois bem. Contrariamente ao prometido, a ratificação do *Tratado de Lisboa* não foi submetida a referendo. O Presidente Sarkozy explicou a razão perante o Parlamento Europeu: se houvesse referendo, o Tratado não seria aprovado. O *Tratado de Lisboa* foi ratificado longe da ‘população’, no ambiente ‘amigo’ dos parlamentos nacionais. Foi mais uma *fraude política*, que consagrou a *não democracia* como regime europeu.

Os ‘donos da Europa’ partilham, certamente, o ponto de vista de Mafeo Pantaleoni (o ‘chefe’ dos economistas do núcleo duro de Benito Mussolini), que, em 1922, definiu *democracia* como “a gestão do Estado pelos mais ignorantes e mais incapazes.” Por isso negaram aos povos da Europa (uma *massa de ignorantes e incapazes*) o direito de decidir sobre o seu próprio destino, ignorando que, em democracia, *a soberania reside no povo* (como o povo português gritou nas ruas, depois da revolução libertadora de 24 de Abril de 1974, *o povo é quem mais ordena*).

7. – A história do sufrágio universal – que não posso, com muita pena minha, abordar aqui – mostra que, desde o início, o sufrágio universal e a democracia representativa só são coisas boas quando servem os interesses dominantes.

E todos sabemos que a democracia é uma flor frágil e sensível e que as ‘alterações climáticas’ estão a afectar seriamente a sua saúde, não apenas na Europa.

Há uns anos atrás, Joseph Stiglitz escreveu que, nos EUA, “as regras do jogo político são moldadas pelos que constituem o 1% do topo”, e que “os mercados financeiros conseguem sempre o que querem, pelo que não existe uma verdadeira escolha nas questões que realmente interessam, as questões da economia.”

As eleições transformaram-se em *negócio eleitoral* (um negócio escuro, sem o mínimo de transparência). Os votos são um *produto de luxo* que se compra no *mercado dos votos*, ao qual não têm acesso os pobres, os trabalhadores e os partidos que os representam, porque não têm dinheiro para

comprar votos. A pequena elite de ‘grandes investidores’ no *negócio eleitoral* cobre a quase totalidade dos custos obscenos das campanhas eleitorais, decide o resultado das eleições e governa o país (*não há almoços grátis...*).

Outro consagrado universitário americano, o Prof. Jeffrey Sachs escreve que “o sistema político dos EUA é um sistema muito corrupto, porque se baseia em contribuições privadas para financiar as campanhas. (...) O nosso ciclo de campanha vai rondar os 15 mil milhões de dólares em 2024. Quanta corrupção existe quando 15 mil milhões de dólares estão a mudar de mãos?”

Para garantir votações ‘democráticas’, só os grandes do sistema financeiro mantêm ao seu serviço, em permanência, um *lobista* por cada dois membros do Congresso, sabendo-se que, em momentos especiais, quando estão em causa leis importantes, chegam a mobilizar um exército de *lobistas* cinco vezes superior aos membros do Congresso. É a *democracia garantida pelos lobistas: o mercado substitui a política e a política transforma-se em negócio*; o Estado é a *ditadura do grande capital financeiro*, o capitalismo é o *capitalismo do crime sistémico*.

Como escreveu Stiglitz, em vez de *uma pessoa, um voto*, o que vale é *um dólar, um voto*. Esta é a ‘democracia’ que torna os muito ricos cada vez mais ricos, enquanto os pobres vão ficando cada vez mais pobres e a desigualdade, a pobreza e a exclusão social vão atingindo níveis intoleráveis.

8. – Regressando à Europa, direi que a *democracia* foi mais uma vez gravemente menosprezada quando, em Nov/2011, o grande capital financeiro derrubou governos saídos de eleições na Grécia e na Itália e colocou em seu lugar verdadeiras *juntas civis* (as *juntas militares* são mais visíveis e não rendem politicamente...), governos fantoches liderados por banqueiros: Lucas Papademos na Grécia e Mario Monti na Itália. Nenhum deles era deputado eleito. Ambos eram membros da *Comissão Trilateral*. O primeiro esteve comprometido com a *ditadura dos coronéis*; o segundo era assessor do *Goldman Sachs* e *conselheiro da Coca-Cola*.

Wolfgang Streeck tem razão: estes “governos de peritos impostos por Bruxelas e apresentados como governos de tecnocratas, algo simplesmente inimaginável até então, equivalem a suspender a democracia.”

- Aqui há uns anos, interrogado por jornalistas sobre a razão que levava a Comissão Europeia a castigar alguns países por causa do *défiçe excessivo*, apesar de não fazer o mesmo com a França, o

Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, respondeu: “parce que c’est la France!”
Voilà..., a *Europa democrática* no seu melhor!

Pouco depois, o Presidente François Hollande confessou que tinha feito um acordo secreto com dois presidentes da Comissão Europeia (Durão Barroso e J.-C. Juncker), nos termos do qual a França poderia falsificar as suas contas para esconder o *défice excessivo* e a Comissão Europeia fecharia os olhos para poder continuar a castigar os ‘pecadores’ mais pobres e indefesos.

Um Presidente não deveria dizer isto... é o título do livro em que é publicada a entrevista. *Um Presidente não deveria dizer isto...* Pois não. Mas disse-o. E tudo continuou na mesma.

Talvez isto seja a *solidariedade europeia*, mas *não é democracia*.

Que democracia é esta, em que o Presidente da Comissão Europeia (J.-C. Juncker) tem o desprazo de dizer, perante o Plenário do Parlamento Europeu: “este Parlamento é completamente ridículo. (...) Este Parlamento não é sério.” Até pode ter razão, mas o Presidente da Comissão Europeia não pode dirigir-se nestes termos ao Parlamento Europeu. *Um Presidente da Comissão Europeia não deveria dizer isto...* Pois não. Mas disse-o. Não falta apenas o *sentido de estado*. Falta mesmo o *decoro institucional*. Poderemos chamar a isto democracia?

● Na sequência do *Tratado de Maastricht* (1991), os estados da zona euro, já desarmados pelas *regras da concorrência* e das *ajudas de estado* (impostas pela *teologia da concorrência*), perderam a *soberania monetária e cambial* (direito de emissão de moeda, direito de fixar as taxas de juro e as taxas de câmbio, direito de desvalorizar a sua moeda, direito de escolher as taxas de inflação convenientes).

Ora o *direito de desvalorizar a moeda* é “uma expressão institucional do respeito pelas nações enquanto comunidades económicas de vida e destino singulares.” A sua perda obriga ‘países menos competitivos’ a *reduzir as pensões dos seus cidadãos com menos rendimentos*, para que os seus cidadãos com mais rendimentos possam comprar aos ‘países mais competitivos’ os *produtos de luxo* a um preço fixo.

Wolfgang Streeck conclui que a UEM criou um “mercado único sem democracia” e um “sistema institucional supranacional, isolado da pressão eleitoral”; “eliminou a soberania política nacional na Europa”, substituindo-a por “um regime supranacional não democrático, uma espécie de super-estado internacional sem democracia.”

Assino por baixo. A ‘Europa’ é mesmo um *mercado único sem democracia*, uma espécie de *super-estado internacional sem democracia*.

● Na *Europa de Maastricht* nasceu o *Eurogrupo*. O que é o *Eurogrupo*? É uma estrutura que “não está prevista em nenhum dos Tratados, mas que tem o maior poder para determinar a vida dos europeus. Não responde perante ninguém, dado que é inexistente, não está previsto na lei. Não são guardadas actas e é confidencial. Nenhum cidadão jamais saberá o que é dito lá dentro. As suas decisões são quase de vida ou de morte, mas nenhum dos seus membros tem de responder perante ninguém.”

O Prof. Janis Varoufakis (que foi, a certa altura, Ministro das Finanças da Grécia) escreveu que sempre encontrou, nos meios de Bruxelas, uma “completa falta de escrúpulos democráticos por parte dos supostos defensores da democracia europeia.” E relata que, numa reunião do *Eurogrupo*, quando o ministro das Finanças alemão lhe disse um dia, sem cerimónia: “não podemos permitir de maneira nenhuma que umas eleições mudem seja o que for”, ele comentou: “Talvez não devêssemos simplesmente realizar mais eleições nos países devedores.” A resposta – diz ele – foi o silêncio geral.

Há silêncios que dizem tudo...

Em 2018, foi a vez de Pierre Moscovici (super-ministro de François Hollande e Comissário Europeu) escrever um livro sobre *coisas vistas no coração do poder* (é o título do livro). Cito: “Vinte e três pessoas, com os seus adjuntos, tomam decisões fundamentais para milhões de outras, com base em complicadas razões de ordem técnica, à margem de qualquer controlo democrático. O *Eurogrupo* não presta contas a nenhum governo, a nenhum parlamento nacional e muito menos ao Parlamento Europeu.”

Esta é a *democracia de Bruxelas*.

● Falando como Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker disse um dia: a Alemanha “trata a zona euro como se fosse uma sua filial.” A esta luz, compreende-se que a Chanceler Merkel, empenhada em reforçar o *império alemão*, tenha feito acelerar o processo de aprovação do *Tratado Orçamental*, impondo que ele garantisse que, “mesmo que mudem os governos, as políticas não mudam.”

O *Tratado Orçamental* – como sublinha Wolfgang Streeck – foi uma *exigência do sistema financeiro* e constitui um verdadeiro “golpe de estado europeu”, consagrando a *ditadura das regras alemãs*, arvoradas em *constituição das constituições*.

Mal ele foi provado (2012), David Cameron, então Primeiro-Ministro conservador do RU, anunciou que ele veio *tornar ilegal o keynesianismo*. É verdade. Mas fez muito pior: sabendo-se que o *estado nacional* é o único espaço político em que os trabalhadores têm capacidade de se organizar e de lutar dentro da legalidade, o *Tratado* entregou todo o poder a *instâncias supranacionais isoladas da pressão eleitoral e eliminou a soberania política nacional*. Ora, como escreveu o filósofo Frédéric Lordon, “a negação da soberania é a negação da democracia na Europa.”

O liberal Jürgen Habermas não poupou nas críticas: do *Tratado Orçamental* resulta que “os governos nacionais são apenas actores no palco europeu” e que os parlamentos nacionais “se limitam a aprovar obedientemente (...) as decisões tomadas previamente noutro lugar”, mesmo no que toca à aprovação dos orçamentos de Estado dos estados-membros da zona euro. Ele veio “corroer qualquer credibilidade democrática” das instituições europeias.

O antigo Presidente do governo de Espanha Felipe González disse o mesmo por outras palavras: perante as regras do *Tratado Orçamental*, “os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, (...) impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa.”

A Europa de Bruxelas é a *Europa do grande capital financeiro*. O poder político, nesta ‘Europa’, é a *ditadura do grande capital financeiro*.

● Thomas Mann recomendou em 1953: façam uma *Alemanha europeia*; recusem uma *Europa alemã*. E os autores alemães estou hoje entre os mais críticos da *Europa alemã*.

Ulrich Beck fala de *neocolonialismo* para caracterizar as relações no seio da *Europa alemã* e sublinha que os *países devedores* (“a nova classe baixa da UE”) têm sofrido “perdas de soberania e ofensas à sua dignidade nacional.” E acrescenta que esta ‘Europa’ se define pela “assimetria entre poder e legitimidade: um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e muita legitimidade do lado daqueles que protestam.”

Pergunto se poderemos a chamar *democracia* a um *poder sem legitimidade*, só porque o povo é chamado, de tempos a tempos, a meter um voto na urna, depois de uma campanha eleitoral em que muitos prometem o que sabem que não vão cumprir. Respondo citando Ulrich Beck: “o fascismo absolutamente normal, quotidiano, ainda não foi superado, na Alemanha como em outros países.” E citando o *Financial Times*: a *Europa do euro* “não é uma união monetária (...), é, de longe, muito mais parecida com um império.”

É isso mesmo: o *império das regras alemãs*, o *império neoliberal*, o *império do grande capital financeiro*. Recordo Joseph Stiglitz: “É claro que muitos dos crimes mais hediondos são cometidos por pessoas que afirmam estar simplesmente a seguir as regras.”

● Wolfgang Streeck, por sua vez, classifica de “discurso neocolonialista” o discurso dominante nesta Europa decrépita, que continua a considerar-se como o *centro-do-mundo-e-a-pátria-da-democracia*.

Tem carradas de razão. Deu brado uma reportagem televisiva de um jornalista português que mostra Joseph Borrell (então responsável pela política externa da UE) a fazer declarações como esta, num encontro com estudantes na Bélgica: “A Europa é um jardim. (...) A maioria do resto do mundo é uma selva e a selva pode invadir o jardim. Os jardineiros precisam de ter cuidado.”

A certa altura, apercebendo-se de que a sua fala estava a ser divulgada pela internet, comenta: “temos de ser cautelosos. (...) Há coisas que podem ser ditas à porta fechada e entre colegas, mas que talvez não possam ser projectadas para a selva.”

Diz o jornalista que *toda a sala se riu*. E eu digo que é inadmissível que, no exercício das suas funções, o Sr. Borrell se comporte como um fascistoíde, racista e xenófobo. É preocupante o facto de ter continuado no seu cargo, como se nada tivesse acontecido: a *Europa de Bruxelas* não é uma estrutura democrática.

Mais preocupante ainda é o facto de toda a sala se ter rido. O *racismo* e o *supremacismo branco* estão a florir no *jardim da Europa*. Razão tem Ulrich Beck: nesta *Europa do capital* (do *grande capital financeiro*), o *fascismo absolutamente normal, quotidiano, ainda não foi superado*.

9. – Diz-se que todos os caminhos vão dar a Roma... E nós temos de regressar ao *Tratado de Roma*. Para realçar que, no plano da política económico-social, por mais estranho que pareça – porque se vivia então (1957) o período áureo das políticas keynesianas –, o Tratado fundador da Comunidade Económica Europeia consagrou um programa liberal fundamentalista, assente na *teologia da concorrência* e na ‘crença’ nas ‘virtudes’ do mercado.

Doze anos depois da derrota da Alemanha nazi, começou a construir-se a *Europa alemã*, governada pelas *regras alemãs*. O *Tratado de Roma* foi a primeira vitória do *ordoliberalismo alemão*, produzido pela Escola de Freiburg (centrado na *livre concorrência*, no *horror à inflação*, nas ‘virtudes’ do *equilíbrio das contas públicas*, no ‘pecado’ do *défi e da dívida*), sobre o *intervencionismo francês* (forte sector empresarial do Estado, planificação da economia, estado social).

O liberalismo plasmado no *Tratado de Roma* não era ainda o *neoliberalismo* à moda de Hayek e de Milton Friedman. Mas a CEE nasceu como “uma máquina para liberalizar.” E, após a vitória da *contra-revolução monetarista*, em meados dos anos 1970, a ‘Europa’ rendeu-se ao *neoliberalismo*, convertendo-se num *paraíso neoliberal*.

Como mostra Paul Krugman, o neoliberalismo corresponde à “idade das trevas da macroeconomia.” E mesmo um liberal como Jürgen Habermas tem insistido em que o *neoliberalismo* configura um “programa de submissão desenfreada do mundo da vida aos imperativos do mercado”, provocando em todo o mundo graves “danos materiais e morais, sociais e culturais.”

A verdade, porém, é que o neoliberalismo é a ‘bíblia’ dos dirigentes da UE, que se comportam como ‘bispos’ do *culto europeísta*, que alguém já considerou a *primeira religião laica da História da Humanidade*. Governam como verdadeiros *Ayatholas* de uma *Europa teocrática*, obedecendo cegamente aos *dogmas neoliberais*, traduzidos nas *regras estúpidas e medievais* do Tratado de Maastricht (cito Romano Prodi, ex-Presidente da Comissão Europeia).

10. – Neste tempo em que o capital financeiro predomina sobre o capital produtivo, o sistema financeiro especializou-se na especulação, a *especulação com a vida de milhões de pessoas*, prosseguida sem olhar a meios, com base no recurso sistemático à fraude em grande escala, através de práticas criminosas que estiveram na ordem do dia nas últimas décadas, dando origem a enormes escândalos. Susan Strange falou de *capitalismo de casino*.

Costuma atribuir-se a Roosevelt o dito de que é mais perigoso confiar o governo do mundo ao *dinheiro organizado* do que ao *crime organizado*. A História das últimas décadas tem dado razão ao autor desta síntese. Já em 1995, o Presidente Jacques Chirac classificou estes especuladores como *a aids da economia mundial*. Por mim, venho falando, a este propósito de *capitalismo do crime sistêmico*.

- Como é sabido, alguns criminosos morrem em combate. Em meados de 2000, alguns grandes operadores financeiros tiveram este destino. O caso mais famoso terá sido o da *ENRON*, cuja falência arrastou consigo a falência da ‘princesa’ das agências de consultadoria, a *Arthur Andersen*, apesar do muito dinheiro que ganhou a idealizar as operações fraudulentas que afundaram a *ENRON*.

Caía o mito da transparência, da racionalidade e da eficiência dos *mercados financeiros regulados*, ficando a nu a incompetência ou a cumplicidade (ou as duas coisas) das agências reguladoras ditas

independentes e deixando de rastros a honorabilidade das ‘sagradas’ agências de *rating*, todas elas comprometidas até à medula com as instituições financeiras e com os gestores das grandes empresas neste jogo de falsidades e de actividades criminosas ao mais alto nível.

- Em 2007/2008, ‘rebentou’ a chamada *crise do sub-prime*, de novo intimamente associada às *actividades criminosas* do sector financeiro.

Quando se procurou indagar quais as causas da crise que começou nos EUA com os ‘buracos’ do esquema ‘criminoso’ do crédito *sub-prime*, muita coisa se disse e escreveu, quase sempre para tentar apagar a sua natureza de *crise do capitalismo*. Na reunião de Londres (Abril/2009), o G20 considerou “as grandes falhas no sector financeiro” como as “causas fundamentais da crise.”

Na Europa, as próprias instituições europeias falaram de “comportamentos particularmente arriscados” e de “comportamentos irresponsáveis” do sector financeiro, apontado como “grande responsável pela ocorrência e pela envergadura da crise.” A Chanceler Merkel falou dos “excessos do mercado.” E nós ficámos a saber que, apesar das *leis naturais* que os governam (leis infalíveis, de validade absoluta e universal), até *os mercados* cometem *excessos*! Quem diria! Afinal, o *deus-mercado* também peca, como qualquer mortal...

- No início de 2010, ficámos a saber que, no meio do maior segredo (como convém aos negócios...), o banco americano *Goldman Sachs* tinha ajudado o Governo grego a falsificar as suas contas, para conseguir empréstimos no valor de milhares de milhões de euros. O capital financeiro e os seus servidores ganharam muito dinheiro com estas manobras, mas a Grécia endividou-se e o povo grego, que não foi ouvido nem achado nestes ‘negócios’, foi acusado de ter cometido o ‘pecado’ de viver acima das suas posses e condenado a ‘penitências’ infernais.

Mas o crime compensa. Mario Draghi, que era o vice-presidente do *Goldman Sachs* para a Europa (e, nessa qualidade, responsável directo por aqueles ‘negócios’ com o Governo grego), foi nomeado Presidente do Banco Central Europeu.

- Em meados de 2012, apurou-se que, pelo menos desde 2005, os grandes bancos cujas informações estão na base da fixação das taxas *Libor* e *Euribor* (duas das mais importantes taxas de referência nos mercados financeiros mundiais, em especial de *produtos financeiros derivados*) falsificavam estas taxas, arrecadando lucros de milhões de milhões de euros.

A Comissão Europeia falou de “actividades criminosas no sector bancário” e caracterizou esta elite como *banksters*. Vários autores falaram de “crimes económicos contra a humanidade.” O que aconteceu a estes criminosos, autores de *crimes contra o deus-mercado*? Pagaram umas multinhas moderadas, porque as autoridades não quiseram correr o risco de levar alguns deles à falência, para não prejudicar a economia...

- Também nos EUA ocorreram vários casos de *banksterismo* (lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, tráfico de armas, fuga ao fisco...), imputados aos mesmo agentes (comparado com eles, Al Capone não passou de um menino do coro): *Deutsche Bank*, *Goldman Sachs*, *J. P. Morgan*, *Deutsche Bank*, *HSBC*, *Citigroup*, *Bank of America*, *UBS*, *Barclays*, *Lloyds Bank*, *Crédit Agricole*.

A ‘história’ repetiu-se: o Departamento de Justiça dos EUA negociou com os criminosos o pagamento de multas simbólicas, concordando em não acusar criminalmente nem os bancos nem os seus administradores, com o argumento de que tal poderia “desestabilizar o sistema financeiro global.”

Um editorial do insuspeito *The Economist* (15.12.2012) esclarece tudo: os bancos não são apenas *too big to fail*, são também *too big to jail* (demasiado grandes para irem para a cadeia). É isso: no mundo capitalista, o Direito e os Tribunais não existem para condenar ‘gente de bem’ (os senhores do mundo, os ‘padrinhos’ do *crime sistémico*), ainda que culpada da prática de actos de “terrorismo financeiro”, de “crimes económicos contra a humanidade.” E as cadeias são para os miseráveis, para os negros (e há negros de todas as cores), para os imigrantes, para os ‘inadaptados’ à ‘civilização ocidental’.

Ficou a descoberto a cumplicidade entre o Estado e o crime organizado. É o *capitalismo do crime sistémico*.

- Os fazedores de opinião pagos a peso de ouro fizeram o favor de nos explicar que a *estabilidade do sistema financeiro* é um *bem público*, indispensável à protecção dos direitos dos depositantes, à estabilidade da economia e à manutenção e criação de emprego, indispensável à salvaguarda da soberania e da independência nacionais.

Muito bem. Posso concordar. Mas então temos de concluir que os responsáveis pelos crimes que referi deveriam ter sido impedidos de voltar a exercer a actividade bancária, levados a tribunal e condenados, nos termos da lei, em pena correspondente à gravidade dos crimes

cometidos. E os bancos que praticam um tal crime deveriam ser pura e simplesmente nacionalizados, sem direito a qualquer indenização. Mais: deveria caber ao Estado o dever de produzir esse *bem público*, chamando a si a propriedade e a gestão da banca, para proteger a soberania e a independência nacionais.

No auge da crise, os grandes actores do espectáculo mediático vieram à boca do palco prometer mudanças. Passada a onda, nada mudou: deram-se milhões de milhões de euros à ‘banca criminosa’; o ‘casino’ continuou a funcionar segundo as suas próprias regras; manteve-se e reforçou-se a sacrossanta liberdade de circulação do capital; decidiu-se que os bancos não podem falir (sobretudo os que são *too big to fail*); o *estado garantidor* veio ‘garantir’ aos grandes senhores do mundo o *capitalismo sem risco nem falências*; atacaram-se os salários e os direitos dos trabalhadores; humilharam-se povos inteiros.

11. – Na Europa, as *políticas de austeridade* são a consequência necessária do núcleo fundamental dos tratados estruturantes da União Europeia (UE). Por isso elas são *políticas permanentes*, inspiradas pelos dogmas do *culto europeísta*.

Mas a crise aberta em 2007/2008 forneceu o pretexto para que elas fossem aplicadas de modo particularmente violento, para castigar os ‘pecados’ dos *povos do sul* da Europa, acusados pelos ‘virtuosos’ *povos do norte* de quererem viver sem trabalhar. É um velho argumento dos *supremacistas de todas as espécies*: os *povos do sul* são pobres porque são perguiçosos (o clima ajuda...), uma variante da *teologia da Reforma*, justificadora das desigualdades (os pobres são pobres porque são perguiçosos, perdulários e pouco inteligentes; os ricos são ricos porque, pela Graça de Deus, são trabalhadores, poupados e inteligentes).

O Professor Philippe Legrain (que foi conselheiro do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso) não tem dúvidas em afirmar que as *políticas de austeridade* foram impostas pelo “poder político dos bancos franceses e alemães” e em acusar a Comissão e os Governos nacionais dos países do euro de “colocarem os interesses dos bancos à frente dos interesses dos cidadãos”, denunciando “uma relação quase corrupta entre bancos e políticos: muitos políticos seniores ou trabalharam em bancos ou esperam trabalhar depois.”

Ulrich Beck escreveu que as *políticas de austeridade* são políticas impostas pelo “poder político dos bancos franceses e alemães”, acrescentando que elas “colocam os interesses dos bancos à frente dos interesses dos cidadãos. (...) Salvam bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas

desperdiçam o futuro das gerações jovens. (...) Infligiram aos países mais débeis “perdas de soberania e ofensas à sua dignidade nacional”, oferecendo-lhes, “na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo. (...) Constituem um dos piores desastres económicos auto-infligidos jamais observados (...), estão na origem a uma catástrofe política e económica, conduzindo a uma situação que viola as condições mínimas fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver.”

As *políticas de austeridade* empobreceram povos inteiros para salvar bancos que tinham especulado com a vida destes povos, permitindo que eles continuem a especular com a vida de milhões de pessoas. No caso da Grécia, até o *Financial Times* comentou que o tratamento imposto à Grécia equivalia a transformá-la numa “economia escrava.” O Ministro Varoufakis desabafou: “o que estão a fazer à Grécia tem um nome: terrorismo.”

Em 2015, um grupo de economistas e universitários de todo o mundo (entre os quais James Galbraith, Stephany Griffith Jones e Jacques Sapir) não hesitou em declarar que as *políticas de austeridade* correspondem a uma “política de ameaça, de ultimato, de obstinação e de chantagem (...) significa, aos olhos de todos, um fracasso moral, político e económico do projecto europeu.” Paul Krugman escreveu que elas exigiram às suas vítimas (os pobres dos países mais pobres) “sacrifícios humanos em honra de deuses invisíveis.”

Mantendo-se neste plano religioso, um antigo Presidente da Comissão Europeia, Jean-claude Juncker confessou um ‘pecado mortal’: as políticas de austeridade *pecam contra a dignidade dos povos*.

Se sairmos deste plano religioso e falarmos de *crimes* em vez de *pecados*, temos de concluir que estamos perante um crime grave, um *crime contra a dignidade dos povos*! Eu arriscarei dizer que se trata de um *crime contra a Humanidade*. Pois se não merece esta classificação um *crime contra a dignidade dos povos*, não vejo que outro possa caber neste tipo de crime.

Como disse atrás, o neoliberalismo é incompatível com a democracia. E os poderes europeus que aplicaram as *políticas de austeridade* actuaram à margem das constituições e de tratados internacionais a que a UE e os seus estados-membros se encontram vinculados (nomeadamente a Convenção relativa à OIT e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem). Isto mesmo foi denunciado pela OIT, pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, pelo Parlamento Europeu e pelo próprio Tribunal de Justiça da UE.

12. – Pode dizer-se que o pensamento dominante, até aos anos 1970, está bem expresso neste trecho do consagrado historiador inglês Tony Judd: “A história de sucesso do capitalismo europeu do pós-guerra foi por todo o lado acompanhada por um papel crescente do sector público. (...) O Estado, então, era uma coisa boa.”

- Os neoliberais vieram pôr em causa este consenso, defendendo, com Hayek, que “a civilização é o resultado de um crescimento espontâneo” e que a liberdade só pode ser garantida em sociedades com *economias de mercado livre*. Quer dizer: o mercado (o capitalismo) é a outra face da democracia, e as *leis naturais do mercado* resolvem, por si, todos os problemas, exactamente porque são *leis naturais*, leis de acordo com a *natureza das coisas*.

É o regresso ao século XVIII e às teses dos fisiocratas: o que é natural é justo; o injusto está fora da natureza. Hayek fala mesmo da “miragem da justiça social” e defende que a expressão *justiça social* deveria ser abolida da linguagem dos economistas. A única justiça real é a *justiça do mercado*, porque as suas *leis naturais* asseguram uma distribuição dos rendimentos entre o capital e o trabalho que “não pode ser justa nem injusta, porque os resultados não são planeados nem previstos.”

É uma ideologia que ignora as lições da História: o mercado não é uma *instituição natural*, mas um *produto histórico* (muito recente à escala da História da Humanidade), criado pelos homens, que surgiu com o capitalismo. David Miliband: *o mercado é, como o Estado, uma instituição política*. É uma ideologia que traz consigo uma ameaça totalitária: como defenderam os fisiocratas, quem não respeita as *leis naturais, criadas pelo Criador de todas as coisas, peca contra a própria divindade*.

- A crença na *justiça natural* fundamenta a guerra dos neoliberais contra o *estado social*, “uma doutrina essencialmente subversiva”, na opinião de Milton Friedman, à qual atribui o ‘crime’ de provocar o “declínio das actividades privadas de caridade”, um ‘crime’ grave para quem entende que “a caridade privada dirigida para ajudar os menos afortunados” é “o mais desejável” de todos os meios para aliviar a pobreza e é “um exemplo do uso correcto da liberdade.” Matam-se os *direitos* e oferece-se a *caridadezinha*, para ajudar os *pobrezinhos, coitadinhos...*

O grande capital tem chamado a si a quase totalidade dos ganhos do extraordinário desenvolvimento científico e tecnológico das últimas décadas. “O aumento constante da desigualdade de rendimento e de património é a expressão mais visível do sucesso da contra-

revolução neoliberal.” Os muito ricos estão a ficar cada vez mais ricos, mas os pobres estão a ficar cada vez mais pobres, ao mesmo tempo que aumenta o número de pobres, incluindo, mesmo nos países mais ricos, o número dos *pobres que trabalham* (i.é, daqueles que têm uma profissão, têm emprego, mas recebem um salário que não lhes permite sair da zona da pobreza). A chaga da *exclusão social* (a *nadificação do outro*, na expressão terrivelmente certa do cineasta brasileiro Walter Salles) espalha-se como uma nódoa, negando a milhões de pessoas o *direito de ter direitos*.

As *políticas neoliberais* estão a matar o *estado social*, mesmo na Europa, onde ele nasceu. E eu creio que, nas condições actuais, sem *estado social*, não pode haver democracia digna deste nome. As políticas neoliberais estão a abrir o caminho às forças nazi-fascistas.

- Já em 1966, um Relatório da ONU alertava: a *pobreza extrema* é “o assassinato mais cruel do mundo e a maior causa de sofrimento na terra. (...) Nenhum outro desastre se compara com a devastação da fome, que tem causado mais mortes nos últimos dois anos do que as provocadas pelas duas guerras mundiais juntas.”

Estudos relativos a 2023 mostram que, neste *mundo antropofágico em guerra civil permanente* (*guerra de classes*, afinal), mais de 11% da população mundial (cerca de 800 milhões de pessoas) vive em situação de *pobreza extrema*; que, desde 2020, a riqueza dos cinco maiores multimilionários do mundo duplicou (os 1% mais ricos arrecadaram quase 2/3 da riqueza gerada nesse período); que 1,1% dos mais ricos possuem 45,8% de toda a riqueza mundial (aos 10% mais ricos cabe 81% de toda a riqueza do mundo; os 52,5% mais pobres ficam apenas com 1,2%).

- Na Europa, um estudo de 2010 concluiu que, “pela primeira vez na História recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais.”

Nesse mesmo ano (o *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*), apurou-se que a rica Europa condenava à *pobreza* e à *exclusão social* cerca de 85 milhões de cidadãos (dos quais 19 milhões eram crianças).

Passada mais de uma década, os dados oficiais apresentados na *Cimeira Social Europeia* (Porto, Maio/2021) revelaram a existência de 95 milhões de pessoas em risco de pobreza e de exclusão (das quais 18 milhões são crianças). Pelo menos 20% dos cidadãos da UE são pobres. Perante esta realidade, a *Cimeira prometeu* (só *prometeu...*) que, até 2030, irá tirar da situação de

pobreza 15 milhões de pessoas (das quais 5 milhões de crianças). Ainda continuarão na pobreza 80 milhões de europeus (13 milhões de crianças).

- Também o desemprego aflige os povos da Europa. Só na Alemanha há quase três milhões de desempregados, sendo que, entre os empregados, quase 2/3 têm empregos precários ou estão em regime de trabalho parcial, com salários abaixo da média (cerca de 1/4 não ganham o suficiente para pagar as despesas correntes).

O próprio Parlamento Europeu tem insistido na incapacidade da UE para definir uma *estratégia coordenada em matéria de emprego*. A *Cimeira Social Europeia* veio confirmar que a *Europa neoliberal* continua a rejeitar qualquer *política activa de pleno emprego*, dando prioridade absoluta à manutenção da “capacidade concorrencial da economia da União” e defendendo “mercados de trabalho que reajam rapidamente às mudanças económicas.” A *Cimeira* limitou-se a *prometer* arranjar trabalho para 78% dos trabalhadores europeus, mantendo 12% no desemprego, para não esvaziar o *exército industrial de reserva*.

Sem a memória não compreendemos o presente e não podemos antecipar o futuro. E eu vejo na UE uma *Europa sem memória*, uma *Europa perdida de si própria*, uma *Europa sem valores*.

Por isso vale a pena recordar aqui um luminoso ensaio do grande economista polaco Michael Kalecki, no qual estudou (em 1943!) os *aspectos políticos do pleno emprego*, tornando claras as razões que levam o grande capital a opor-se às *políticas activas de pleno emprego*, e no qual deixa esta conclusão/injunção, que mantém hoje plena actualidade: “A luta das forças progressistas a favor do pleno emprego é ao mesmo tempo um modo de *prevenir* o regresso do fascismo.”

- Muitos dos grandes economistas do nosso tempo (cito apenas alguns Prémios Nobel: Amartya Sen, Joseph Stiglitz, Paul Krugman) vêm insistindo em que as *políticas neoliberais* e o alargamento e o aprofundamento da desigualdade, da pobreza e da exclusão social que delas resulta estão a pôr em causa os fundamentos da democracia.

Certamente alinhados com este ponto de vista, alguns políticos europeus (entre os quais António Guterres e Jacques Delors) tornaram pública, por ocasião dos referendos à chamada ‘constituição europeia’, uma *Petição para um Verdadeiro Tratado da Europa Social*, na qual propunham que se acrescentasse à proposta de *constituição europeia* em elaboração um artigo sobre a *Europa social*, justificado deste modo:

“Nós, povos unidos da Europa, não podemos aceitar por mais tempo que a precariedade, a pobreza e a exclusão diminuam a nossa coesão social e os próprios fundamentos das nossas democracias. A história do nosso continente mostra que a injustiça social pode provocar estragos consideráveis e pode inclusivamente dar lugar a épocas de horror. Diz-se que “as mesmas causas produzem os mesmos efeitos”... Nós rejeitamos que os nossos filhos sejam condenados a viver numa sociedade da precariedade. Nós não queremos que os nossos filhos conheçam o horror, no nosso território ou em outro lugar do planeta.”

Estavam, certamente, a pensar em que, nos anos 1920/1930, políticas semelhantes às actuais *políticas de austeridade*, constituíram o combustível que alimentou a ascensão do nazi-fascismo. E advertiam, muito sensatamente: cuidado, porque, em regra, *as mesmas causas produzem os mesmos efeitos...*

Por isso sugeriam uma norma com este conteúdo:

I – Em nome da dignidade humana, em nome dos valores que animavam aqueles que durante o século passado decidiram construir a paz, resolvemos fazer juntos todo o possível para construir uma sociedade de bem-estar, uma sociedade de felicidade pessoal e de coesão social. Damo-nos dez anos para conseguir alcançar estes cinco objectivos:

- 1º um emprego para todos: uma taxa de desemprego inferior a 5%;
- 2º uma sociedade solidária: uma taxa de pobreza inferior a 5%;
- 3º um tecto para cada um: uma taxa de alojamentos inadequados não superior a 3%;
- 4º a igualdade de oportunidades: uma taxa de analfabetismo na idade de 10 anos inferior a 3%;
- 5º solidariedade com os povos do Sul: uma ajuda pública ao desenvolvimento superior a 1% do PIB;

II – Aos Estados que não satisfaçam estes critérios sociais em 2015 aplicar-se-ão sanções comparáveis às destinadas aos países que não respeitam os critérios de Maastricht (défice das contas públicas não superior a 3% do PIB; dívida pública não superior a 60% do PIB; inflação não superior a 2% do PIB);

III – Para facilitar a consecução deste objectivo de coesão social, a política aplicada pelo Banco Central Europeu prossegue um duplo objectivo: lutar contra a inflação e sustentar o crescimento económico. Estes dois objectivos têm o mesmo grau de prioridade.

Em Portugal há um ditado que diz: *a palavras loucas, orelhas moucas*. Pois bem. A *Europa de Bruxelas*, fiel aos interesses do *grande capital financeiro*, fez *orelhas moucas* a estas *palavras loucas*. As propostas destes europeístas convictos não tiveram qualquer eco.

A “paixão europeia pela austeridade” de que fala Paul Krugman continuou a governar a ‘Europa’, apesar de todos saberem que “a mania da austeridade [cito o influente jornal inglês *New Statesman*, de Jul/2012] está a destruir a Europa.” A ‘sentença’ de Joschka Fisher (dirigente de *Os Verdes* alemães, que foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo liderado pelo SPD) continua de pé: “ninguém pode fazer política contra os mercados”, i. é, contra o grande capital financeiro.

12. – A situação agravou-se com a guerra na Ucrânia. Na minha opinião, esta foi uma guerra planeada há muito tempo pelos EUA, uma *guerra por procuração, contra a Rússia e contra a Europa*, para impedir aquilo que os EUA sempre combateram desde o fim da 2.^a GM: a aproximação e a cooperação entre a Europa e a URSS, e, depois, entre a Europa e a Rússia. A Ucrânia funcionou como palco da guerra e como instrumento da guerra.

- Antevendo que a Rússia iria intervir militarmente na Ucrânia (para isso vinham trabalhando há anos!), os EUA começaram a falar da aplicação de sanções à Rússia.

Há muito que os EUA vinham fazendo a *guerra dos EUA contra a Europa*, procurando impedir tudo o que significasse o estreitamento das relações entre a UE e a Rússia, nomeadamente no sector energético.

Logo em 1982, o governo Reagan aplicou sanções às empresas de vários países que participaram na construção do primeiro gasoduto destinado a transportar gás da URSS para a Alemanha.

Em 2014, os EUA aplicaram sanções a todas as entidades que participaram na construção do gasoduto *Nord Stream 2*, investimento estratégico assente num acordo de longo prazo entre a Alemanha e a Rússia. A Chanceler Merkel disse então que “os EUA sancionaram a Alemanha, enquanto aliado, por ter uma opinião política diferente.” Sempre foi assim: os EUA não têm aliados,

só têm interesses, e, em nome destes, *não admitem que os seus aliados tenham uma opinião política diferente da sua*. Esta é a democracia do capital imperialista.

Em Dez/2019, a Administração Trump impôs sanções a todos os que colaborassem com os ‘criminosos’ construtores de gasodutos na Europa, procurando, por todos os meios, impedir a conclusão do *Nord Stream 2*. A Chanceler alemã – honra lhe seja – insistiu no seu propósito de pôr de pé o que chamou uma “parceria fiável entra a Europa e a Rússia.”

- Sabendo isto e sabendo que os EUA queriam inclua nas sanções à Rússia as exportações de gás e de petróleo, o Chanceler da Alemanha foi a Washington (7.2.2022) para explicar à Administração americana que a energia barata vinda da Rússia era um elemento indispensável para a saúde da economia alemã e da economia europeia.

Numa conferência de imprensa, perante as TVs de todo o mundo, questionado sobre os gasodutos *Nord Stream*, Biden respondeu como *dono da Europa*: “se a Rússia invadir a Ucrânia, o *Nord Stream 2* deixará de existir. Vamos acabar com ele.” A jornalista, espantada, perguntou: “Mas como vai fazer isso? O projecto está sob controlo alemão, não está?” Biden não hesitou: “somos capazes de o fazer e fá-lo-emos.” Foi uma humilhação para o Chanceler da Alemanha, que ficou mudo e calado. Igualmente humilhada foi a UE, que, com medo de ser posta no tronco e chicoteada, ficou igualmente muda e calada, como um escravo submisso.

- Os especialistas previram desde o início, as sanções aplicadas à Rússia prejudicariam muito mais as economias europeias do que a economia da Rússia. talvez por isso, os dirigentes europeus disseram, no final de uma Cimeira realizada em Bruxelas (28.2.2022), que toda a UE estava empenhada em explorar, até ao limite, as vias diplomáticas: é necessário “diálogo, diálogo, diálogo” com Moscovo. (...) Não queremos chegar a uma situação limite de ter de aplicar sanções.”

Mas a *Europa de Bruxelas*, assumindo mais uma vez o seu estatuto de ‘escrava’ dos EUA, rapidamente se submeteu à vontade do *Big Brother*, acabando ‘viciada’ na aplicação de sanções contra a Rússia: em vez de *diálogo, diálogo, diálogo com Moscovo*, optou por *sanções, sanções, sanções, guerra, guerra, guerra contra Moscovo*.

Biden (o grande amigo da Europa) cumpriu a promessa que tinha feito: em Set/2022, os EUA destruíram à bomba os gasodutos *Nord Stream*.

O consagrado jornalista americano Seymour Hersh (Prêmio Pulitzer de Jornalismo) diz que se trata de “um acto de guerra à margem do Direito Internacional”, que visa “manter a Alemanha e a Europa ocidental sob o domínio americano.” A quase totalidade dos comentadores fala de um *um acto grave de terrorismo de estado*, cometido contra a Alemanha e contra a União Europeia. Um autor alemão, Hans-Jürgen Geese, escreveu que a atitude dos EUA é a prova de que “a Alemanha é uma colónia dos EUA.” Eu digo que toda a Europa é uma colónia dos EUA.

O Professor da Universidade de Chicago John Mearsheimer, um dos mais reputados especialistas mundiais na área da geo-estratégia, não hesita em escrever que, “quando se trata da Ucrânia, os aliados europeus dos EUA recebem ordens de Washington.” Por isso (cito agora um livro de Emmanuel Todd, publicado no 2º semestre de 2024) “a UE desapareceu detrás da OTAN e está hoje, mais do que nunca, submetida aos EUA (...), envolvida numa guerra profundamente contrária aos seus interesses, auto-destrutiva.”

- Com a coragem que lhe é habitual, o Prof. Noam Chomsky vem defendendo há anos que *os EUA são uma das principais nações terroristas*. Mas os dirigentes europeus não lêem nem escutam Chomsky. E obedecem cegamente ao *Big Brother*. Por isso é que, até hoje, nenhum dirigente europeu teve sequer a coragem de dizer publicamente que foi o governo dos EUA, empenhado em manter a Europa ocidental sob o domínio americano, que destruiu à bomba os gasodutos *Nord Stream*, um *acto de guerra à margem do Direito Internacional*, um *acto grave de terrorismo de estado* praticado contra a Europa. Esta é a *Europa de Vichy*. Trump está a tratá-la com enorme desprezo.

Nada de novo, direi eu. No reinado de Obama, ficou famoso o comentário da Sub-Secretária de Estado Victoria Nuland quando o embaixador dos EUA em Kiev lhe disse – quando decorria, sob o seu comando, em Fev/2014, o golpe de estado que derrubou o Presidente Janukovich – que Bruxelas talvez não gostasse do que ela estava a fazer. “Que se lixe a UE” (“Fuck the EU”), respondeu ela. Talvez ainda mais duro foi Biden (que comandou, a partir de Washington, o golpe de estado acompanhado, no terreno, por Nuland) quando fez explodir os gasodutos *Nord Stream*.

Estes gestos ‘paternais’ são compreendidos pelos dirigentes europeus. Numa entrevista à televisão pública portuguesa (28.2.2025), no dia seguinte à humilhação infligida por Trump e pelo seu *gang* a Zelensky e a toda a Europa, Emmanuel Macron disse que “os EUA estiveram sempre do lado bom da História.”

● Diz a propaganda que a UE se libertou da dependência da Rússia em matéria energética. O reverso da medalha é que a Europa ficou mais dependente dos EUA, ao mesmo tempo que continua a comprar gás e petróleo da Rússia, através de intermediários (a Índia, no caso do petróleo), mas mais caros, porque a liquefação do gás custa dinheiro e os intermediários têm que lucrar com o negócio. Apesar de tudo, o gás russo continua a ser mais barato que o gás americano, vendido aos países europeus a um preço quatro vezes superior ao praticado nos EUA.

Já em 21.9.2022, *The Wall Street Journal* não escondeu que, com as sanções à Rússia e a destruição dos gasodutos, “o grande vencedor desta guerra é a economia americana”, sendo que a Europa viu agravada a sua dependência energética, o que deixa antever “uma nova era de desindustrialização na Europa.”

Num artigo de Junho/2024, o Prof. Jeffrey Sachs sublinha que “a guerra prejudicou gravemente a economia europeia, que pagou um preço muito elevado.”

A Europa vive num sufoco. As economias da zona euro quase não crescem há vários anos. Mas a economia da Alemanha, a mais afectada pelas sanções aplicadas à Rússia, está há dois anos em recessão.

13. – Durante o governo de Trump, a OTAN entrou em estado de “morte cerebral” e deixou de ser, para os dirigentes europeus, um “aliado fiável.” A guerra na Ucrânia permitiu à Administração Biden reanimar o moribundo, que é, desde a sua fundação (seis anos antes da criação do *Pacto de Varsóvia*), um instrumento fundamental da estratégia imperialista dos EUA.

No final da Cimeira de Madrid (Jun/2022), a OTAN ficou com um poder militar e um poder político acrescentados, com novos membros e novas áreas de actuação. E os EUA viram a sua liderança reforçada. Biden vangloriou-se da *otanização da Europa*, para dizer que a Europa ficou mais dependente dos EUA, no plano político, no plano militar, no plano energético.

A ‘Europa’ assumiu, sem honra, o seu papel de *colónia dos EUA*, tendo aceitado aumentar as despesas militares para, pelo menos 2% do PIB (não são 2% do orçamento de Estado de cada ano, são 2% de toda a riqueza produzida em cada ano!), apesar de o orçamento militar dos *estados europeus da NATO* ser superior ao da China e ser quase quatro vezes o da Rússia.

O Papa Francisco desabafou em público: “senti-me envergonhado quando li que um grupo de países se comprometeu a gastar 2% do PIB com a compra de armas.” Mas os dirigentes

europeus não têm vergonha nenhuma. Eles sabem bem que as políticas militaristas são sempre políticas contra os trabalhadores e contra os povos de todo o mundo.

Eles sabem bem que a *Europa da guerra* vai matar de vez a *Europa social*: o aumento das despesas militares significa sempre um ataque aos direitos dos mais pobres, porque equivale a menos escolas, menos habitações, menos hospitais, menos segurança, menos economia verde, pior ambiente, pior qualidade de vida, expectativas mais negras relativamente ao futuro.

O Prof. Jeffrey Sachs diz que “fica muito triste por ver como a Europa é manipulada e dividida pelos EUA.” E entende que os estados europeus membros da OTAN deveriam dizer aos EUA: “isto é a Europa, queremos paz aqui. A Ucrânia pode ser neutral. Toda a vossa ideia de expandir a OTAN até à fronteira russa foi imprudente, foi uma coisa estúpida. Parem de jogar com as vidas dos ucranianos. Acabem com a guerra, digam não ao alargamento da OTAN.”

São bons conselhos e dados de graça. Mas os dirigentes europeus ignoraram-no. Diz ele que foi, *pro bono*, conselheiro de Josep Borrell (responsável, até há pouco, pela política externa da UE), mas que este dispensou os seus serviços, porque ele “era demasiado crítico em relação aos EUA e toda a política da Europa era um sim aos EUA.”

14. – Vários autores vêm insistindo, há anos, na necessidade de se encontrar rapidamente uma solução para a *segurança colectiva da Europa que inclua a Rússia*, advertindo que, se não se concretizar esta solução, “não haverá nenhum lugar para a soberania ou a autonomia europeia, para uma Europa independente como uma terceira força global.”

- Com a entrada em funções do governo Trump, a política dos EUA mudou a respeito da guerra e no que toca às relações com a Rússia. O Secretário de Estado Marco Rubio reconheceu, “francamente”, que a guerra na Ucrânia é “uma guerra por procuração entre potências nucleares.” E, em nome dos negócios – Trump é sempre um homem de negócios –, os EUA estão a trabalhar no sentido de uma normalização das relações com a Rússia.

A *Europa de Bruxelas*, porém, insiste em ignorar o diagnóstico formulado, logo em 2014, pela Chanceler Merkel, ao declarar em Kiev *não haver uma solução militar para o conflito*. na continuação da guerra *até ao último ucraniano*. Fora do mundo e do senso comum, a Sr.^a Von der Leyen não se cansa de afirmar que “nós somos e seremos absolutamente intransigentes para que a Ucrânia vença, porque a Rússia não pode ganhar esta guerra.”

Nos últimos meses, os dirigentes europeus são os únicos que continuam a defender a continuação da guerra até ao último ucraniano.

Um alto funcionário do governo alemão confessou em público que, para a ‘Europa’ era bom que esta guerra continuasse mais uns anos. É a barbaridade à solta. O Papa Francisco tem razão: estamos a assistir ao *naufrágio da civilização*.

Contra a opinião do Secretário-Geral da ONU, o Presidente do Conselho Europeu considerou negativa a tentativa de conseguir um cessar fogo, para abrir caminho a um acordo de paz duradouro. Alega que esse cessar-fogo seria aproveitado pela Rússia para reforçar o seu poderio militar.

Um mínimo de bom senso aconselharia algum nesta matéria. Porque o mundo não esquece (e a Rússia vai certamente exigir garantias sérias de cumprimento pela outra parte dos acordos que vierem a ser alcançados) que as autoridades ucranianas sempre disseram que nunca pensaram em cumprir os *Acordos de Minsk* (aprovados por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU, em 2015, e transformados em Direito Internacional imperativo). E o mundo tem bem presente o comportamento vergonhoso da diplomacia europeia, que assinou os *Acordos de Minsk* não para evitar a guerra na Ucrânia (como todo o mundo acreditou, a começar pela Rússia), mas apenas para ganhar tempo a fim de armar a Ucrânia para que esta derrotasse militarmente a Rússia. Isto mesmo confessaram publicamente, há cerca de um ano, a Sr.^a Merkel e François Hollande, que assinaram os *Acordos* como Chanceler da Alemanha e Presidente da França.

O mundo também não esquece o que hoje está mais que provado e documentado: cerca de um mês após a invasão da Ucrânia por tropas russas foram conseguidos dois acordos de paz (altamente favoráveis à Ucrânia) graças à intermediação do então Primeiro-Ministro de Israel (a pedido de Zelensky) e do Presidente da Turquia, que só não acabaram com a guerra porque o chamado ‘ocidente’ (EUA/UA/OTAN) impediu Zelensky de os assinar, porque era preciso aproveitar a ocasião para infligir à Rússia uma *derrota estratégica*. O próprio Ministro da Defesa da Ucrânia reconheceu, no Forum Davos (2023), que os ucranianos estavam a morrer na guerra para *cumprir uma missão OTAN*.

Afastados das negociações de paz em curso, os dirigentes europeus continuam a defender a guerra (e uma guerra prolongada, como a projectou e desejou a Administração Biden) e continuam a afirmar que não cessarão a ajuda militar ao governo de Kiev. Estão a fazer uma figura ridícula. Porque eles sabem bem que a guerra acaba, do lado de cá, logo que os EUA retirarem da

guerra as informações que os seus satélites recolhem e transmitem ao comando ucraniano. E porque, ao mesmo tempo, vêm a público defender, pateticamente, que a ‘Europa’ deve participar nas negociações com vista à paz. Se a ‘Europa’ quer a guerra, como pode trabalhar em favor da paz?

- Wolfgang Streeck chama a nossa atenção para os perigos desta política que insinua *não haver alternativa à guerra*, alimentada pelas teses – expressas por vários dirigentes europeus – segundo as quais o *império do bem* (os EUA/OTAN) e o *império do mal* (China, Rússia, Irão...) vivem “numa situação de confronto permanente”, em que “a paz só é possível se o império virtuoso [“organizado na OTAN, sob a liderança dos EUA”] tiver superioridade militar.”

É uma *visão maniqueísta* da História e do mundo, que aposta numa “política externa baseada em valores”, nos termos da qual o *bem* tem todo o *direito* (tem mesmo o *dever*) de recorrer à guerra contra o *mal*, que será uma *guerra justa*, porque “as guerras contra o mal não podem ser injustas” e, como nos filmes de *cowboys*, só podem acabar com a vitória do *bem* sobre o *mal*.

E é esta visão que inspira os dirigentes europeus que vêm defendendo o aumento das despesas militares (alguns propõem-se gastar 5% do PIB em armamento) com o falso argumento de que “as armas defendem e protegem a vida das pessoas”, de que “as armas são o caminho da paz.” São ecos do velho *slogan* belicista *quem quer a paz prepara a guerra*. A História mostra que a corrida aos armamentos acaba sempre por conduzir à guerra. E quem morre nas guerras são os filhos dos trabalhadores, não são as elites.

- Particularmente preocupante é o discurso dos dirigentes europeus que defendem a continuação da guerra *até à derrota da Rússia*, porque, se Putin ganhar esta guerra, a Rússia atacará toda a Europa. Os ucranianos devem continuar a morrer (nenhum Estado europeu admite mandar soldados seus para a Frente de batalha) não para salvar a sua Pátria, mas para salvar a ‘Europa’ de um perigo que os seus dirigentes inventam para servir os interesses do *complexo-militar industrial*.

É um discurso doentio, quase esquizofrénico, totalmente separado da realidade, que tenta fazer passar o *irracional* por *racional*. É um discurso perverso, um *discurso fascistoíde*, apostado na *difusão do medo* para justificar as políticas restritivas dos direitos e das liberdades.

Historicamente, foi sempre a Europa que invadiu a Rússia (foi Napoleão; foram os vários exércitos europeus que invadiram a Rússia para combater a *Revolução de Outubro*; foi a invasão da

URSS pela Alemanha nazi (a *Operação Barbarrossa* foi a maior operação militar da História), com a Europa a esfregar as mãos de contente, convencida de que as tropas nazi-fascistas iriam destruir a pátria socialista soviética.

Tropas da Finlândia estiveram ao lado da Alemanha nazi no cerco criminoso a Leninegrado. Derrotado o nazi-fascismo, a URSS não castigou a *Finlândia-aliada-da-Alemanha-nazi*. Durante décadas, depois de 1945, a Finlândia viveu em paz com a URSS e depois com a Rússia. Mas a Finlândia entrou agora para a OTAN para se defender da ameaça de uma invasão russa.

Os melhores especialistas dizem que a Rússia não tem forças (no plano económico e no plano militar) que lhe permitam alimentar qualquer projecto de guerra contra a Europa e muito menos contra a OTAN. Todos concordam que a Rússia sabe isto muito bem. Todos entendem que nada, no comportamento da Rússia, indicia qualquer propósito de invadir a Europa. E todos defendem que os dirigentes dos EUA/OTAN/UE têm clara consciência disto mesmo. De resto, Putin tem vindo a insistir com os empresários europeus para que invistam na Rússia e a manifestar a disponibilidade da Rússia para voltar a vender gás e petróleo directamente aos países do UE logo que estes estejam em condições de o fazer (i.é, logo que os EUA autorizem...)

De resto, para encorajar o governo de Kiev a continuar a guerra e a sacrificar o seu povo, disseram muitas vezes que os russos já não tinham armas, nem drones, nem dinheiro para continuar a guerra e que não tinham soldados, porque os jovens desertavam em massa. Agora, dizem que a Rússia é um perigo para toda a Europa.

Recorro de novo a Emmanuel Todd, para dizer que “a Rússia não constitui nenhuma ameaça para a Europa ocidental.” E para perguntar, com ele, qual a razão que pode ter levado a ‘Europa’, “na ausência de uma ameaça militar”, a envolver-se numa guerra estúpida, “tão contrária aos seus interesses e cujo objectivo oficial é moralmente duvidoso.” É uma política suicida, que só pode conduzir à guerra.

● Por mim, confesso que é mais ‘limpo’ o discurso do anterior Secretário-Geral da OTAN, que justificou a guerra e a sua continuação até ao último ucraniano alegando que “a guerra na Ucrânia é um bom negócio para os EUA.” Isto mesmo disseram vários dirigentes de topo da Administração Biden, justificando o apoio ao governo de Kiev com o argumento de que essas despesas eram um verdadeiro *investimento*, são boas para a economia e para os trabalhadores americanos: o dinheiro que gastamos com a guerra na Ucrânia (menos de 3% do nosso orçamento de defesa) é, na verdade,

gasto nos EUA; estamos a gerar rendimentos e a empregar pessoas aqui, estamos a melhorar as nossas forças armadas e estamos a desgastar e a derrotar os invasores russos: “as razões mais básicas para continuar a ajuda à Ucrânia são os interesses americanos, frios, duros e práticos.”

Como homem de negócios, Trump entende agora que as guerras complicam os negócios. Por isso diz que quer acabar com as guerras: em Gaza, para poder edificar a sua *Riviera de Gaza*, à custa dos palestinianos; na Ucrânia, para poder explorar as riquezas minerais ucranianas, à custa dos ucranianos.

Uma coisa é certa: esta guerra na Ucrânia tem sido (e vai continuar a ser, pelos vistos) *um bom negócio para os EUA*, mas tem sido um *péssimo negócio para a Europa*. Mais grave, porém, é que as políticas militaristas, ao estimularem a guerra, constituem um grave atentado contra o *direito à paz*, que é um *direito da Humanidade*, o primeiro direito de todos e de cada um dos seres humanos.

15. – Num tempo em que se fala do *regresso a Keynes*, alguns dos defensores das políticas armamentistas até descobriram o famoso *multiplicador keynesiano*: as despesas públicas multiplicam-se, criando rendimento de maior montante do que o montante das despesas. Invocando, hipocritamente, o *santo nome de Keynes*, vêm dizer-nos, sabendo que mentem, que o aumento das despesas em armamento pode constituir uma oportunidade para o desenvolvimento científico e tecnológico da Europa e para a re-industrialização da Europa, produzindo ao mesmo tempo o ‘milagre’ da *multiplicação da riqueza*.

- Este é, a meu ver, um ponto de vista tributário de uma determinada leitura reducionista do pensamento keynesiano, que ‘esquece’ certos aspectos ‘estruturais’ das reformas preconizadas por Lord Keynes e valoriza uma visão ‘caricatural’ do keynesianismo, nos termos da qual o *efeito multiplicador das despesas públicas* se verifica mesmo que o dinheiro seja gasto a pagar trabalhadores que se limitam a abrir e a tapar buracos. Só a esta luz as despesas militares seriam um instrumento capaz de libertar as economias capitalistas da instabilidade que as caracteriza.

Estas teses do chamado *keynesianismo militar* surgiram na sequência da *Grande Depressão* dos anos 1930 e das políticas do *New Deal*, que, de certo modo, anteciparam Keynes. Durante os dois mandatos de Roosevelt, a taxa de desemprego nos EUA nunca foi inferior a 15%, o que provocou um sentimento profundo de frustração e de preocupação.

Invocou-se a experiência da Alemanha nazi, onde a crise teria sido ultrapassada graças à política de rearmamento e à economia de guerra durante o período de preparação da 2.^a GM, para fundamentar a tese da *permanent army economy*: as despesas militares podem ajudar a combater o desemprego e podem constituir um elemento estabilizador das economias capitalistas.

E houve mesmo quem defendesse que a *Grande Depressão* só teria sido ultrapassada graças ao enorme aumento das despesas militares decorrente da participação dos EUA na 2.^a GM e à *corrida aos armamentos* no âmbito da *guerra fria*: a “colossal destruição de capital à escala mundial” daqui decorrente (“a morte, o maior de todos os keynesianos”, escreveu um autor) teria sido a verdadeira ‘cura’ da grande crise que assolou o capitalismo mundial na década de 1930.

- Porque o tempo não o permite, não posso fazer aqui a análise de todos os problemas teóricos suscitados por esta tese. Num plano mais geral, direi que as ameaças desta política de *keynesianismo militar* foram rapidamente identificadas. Em 1961, no último discurso como Presidente dos EUA, Eisenhower alertou para os perigos do que ele designou por *complexo militar-industrial*.

Por outro lado, o estudo da experiência dos EUA nas últimas décadas mostra que o ‘capital fictício’ criado pelas despesas militares não se traduz em correspondente aumento da criação de riqueza, capaz de alimentar novo investimento produtivo e capaz de fornecer ao Estado os recursos que permitam pagar depois os empréstimos contraídos para financiar aquelas despesas.

Costumava argumentar-se que as guerras eram um bom instrumento para dar emprego a muitos jovens (para além dos que morriam nelas e deixavam de procurar emprego). Mas hoje este ‘argumento’ é de pouco peso. Porque a indústria produtora de armamento é capital-intensiva, utilizando muito pouca mão-de-obra, e porque os métodos da guerra moderna permitem que ela se faça (com mísseis, drones e outros artifícios) sem aumentar muito o número de soldados (que não encontrarão emprego na guerra).

Os melhores autores sublinham que a *militarização da economia americana* provocou uma acentuada *fuga de cérebros* das actividades civis para as actividades militares, não se tendo verificado, nestas circunstâncias, uma transferência significativa dos ganhos da tecnologia militar para as actividades produtivas civis. Muitos estudos mostram que a utilização das melhores competências nas artes da guerra e da extinção da vida, em vez de as colocar ao serviço da melhoria das condições de vida das pessoas, pode estar na base da crise de produtividade da economia americana, que

começou por evidenciar dificuldades na concorrência com o Japão e com a Alemanha, e, nos últimos anos, na concorrência com a China.

● Por estas e por outras razões (que não posso desenvolver aqui e agora), creio que, ainda que Keynes ressuscitasse ('milagre' impossível na *Europa do euro*), o *keynesianismo militar* não conseguiria salvar o capitalismo dos males que o afligem. As políticas armamentistas multiplicam os lucros dos grandes grandes produtores de armamento, mas não não *multiplicam os pães, multiplicam as guerras* e, com elas, o sofrimento e a miséria dos povos atingidos por elas.

O Secretário-Geral da OTAN (o holandês Mark Rutte) já disse em público que os europeus têm de aceitar a redução das despesas públicas sociais (educação, saúde, habitação, segurança social, transportes, combate à pobreza), porque a 'Europa' precisa de se armar. A presidente da Comissão Europeia anunciou um 'investimento' de 800 mil milhões de euros para desenvolver a *indústria da morte* e anunciou que a Comissão fecharia os olhos aos défices excessivos, desde que resultantes de *despesas com a defesa*. Os estados-membros da UE têm de manter as *contas certas* (nada de défices!) quando querem fazer investimentos destinados a desenvolver a investigação científica, a educação, a saúde, a habitação, enfim, investimentos que visam melhorar as condições de vida dos seus povos. Mas podem endividar-se e apresentar défice das contas públicas se quiserem aumentar as despesas militares. É preciso não ter vergonha!

Na Alemanha, a Constituição não permite que o défice das contas públicas vá além de 0,35% do PIB. O *dogma das contas certas* foi imposto pela Alemanha à *Europa do euro* e sempre foi invocado para impedir o aumento das despesas de investimento na investigação científica, em infraestruturas, em educação, saúde, habitação. Agora, deixam-no cair (talvez caindo em 'pecado mortal'), para garantir que podem gastar sem limite nas 'milagreiras' despesas militares: o multimilionário há pouco eleito para o cargo de Chanceler já se entendeu com o dirigente do Partido Social-Democrata para alterar a Constituição de modo a permitir que as despesas militares não contem para o cálculo do défice.

A *Europa da guerra* vai matar definitivamente a *Europa social*! A alternativa *manteiga/canhões* ganha uma expressão dramática. Quanto mais se degradar o *estado social* mais crescerão as forças nazi-fascistas.

16. – Vamos conversar mais uma vez com Wolfgang Streeck: é um bom conversador, que vale a pena ouvir.

Streeck não é um anti-capitalista, não defende que a democracia plena só se concretizará no quadro do socialismo. Ele acredita num *capitalismo democrático*, o “capitalismo democrático do estado social.” E, aos que argumentam que “o capitalismo democrático não cumpriu a sua promessa”, responde que “a culpa não deve ser atribuída à democracia, mas ao capitalismo” (ao “capitalismo reformado pelo neoliberalismo.”). Na sua óptica, o *funcionamento normal do capitalismo neoliberal* impede a correcção dos mercados pelas políticas públicas e exige que as políticas não mudem em resultado das eleições, pondo em causa a *coesão social* indispensável para que possa falar-se de uma sociedade democrática. Por isso é que *o neoliberalismo é incompatível com a democracia*.

● Num estudo recente, defende que “a ascensão da extrema-direita só pode ser travada se o centro-esquerda se abrir a alternativas efectivas ao neoliberalismo e ao capitalismo financeiro globalizado.” Chega a afirmar que “a alternativa a um capitalismo sem democracia seria uma democracia sem capitalismo.” Eu creio que estará a pensar em uma qualquer forma de *regresso a Keynes* (controlo pelo Estado da poupança da comunidade, aumento do investimento público, planeamento público da economia, políticas activas de re-industrialização e de promoção do pleno emprego, reforço do *estado social*).

Honestamente, porém, Streeck reconhece que a sua proposta “parece hoje completamente irrealista”, porque “tais alternativas não existem no quadro dos Tratados da União Europeia em vigor.” As suas propostas reformistas implicariam reverter as “destruições institucionais causadas por décadas de neoliberalismo”, o que exigiria “anos de mobilização política.”

Como disse há pouco, eu não creio que as políticas keynesianas possam curar o capitalismo dos seus males estruturais e creio que elas talvez não conseguissem hoje os ‘êxitos’ que tiveram no passado. De todo o modo, é patente que os Tratados estruturantes da UE *tornaram ilegal o keynesianismo* e que o *catecismo monetarista-neoliberal* penetrou nas constituições dos estados-membros da UE. Para os devotos do *culto europeísta*, a *política* transformou-se em *religião* e eu não acredito que eles reneguem a sua *fé* e atraíam os *dogmas* por que se têm orientado. Eles acreditam que *não há alternativa* ao neoliberalismo.

● Nesta Europa bloqueada, Wolfgang Streeck admite que a saída mais provável será a consolidação do “modelo hayekiano de ditadura de uma economia de mercado imune a qualquer correção democrática.” Este *modelo hayekiano de ditadura* significa que *o mercado substitui a política* (de onde poderia vir a *correção democrática* do mercado), consubstanciando, no essencial, o *fascismo de mercado* de que falava, já em 1980, numa conferência na cidade do México, Paul Samuelson (num livro publicado neste mesmo ano, Bertram Gross chamou-lhe *fascismo amigável*).

Na *Europa neoliberal* – escreve Streeck – “os povos organizados democraticamente” (i.é, os países ditos democráticos) têm sido obrigados a aceitar como “comportamento responsável” aquele que “significa deixar de dispor da sua soberania nacional e limitar-se, durante gerações, a assegurar a sua solvabilidade perante os credores.” O que é particularmente preocupante é o que ele diz a seguir: perante este estado de coisas (i.é, se a ‘democracia’ impõe este tipo de *comportamento responsável*), então “poderá afigurar-se mais responsável comportar-se de forma irresponsável. (...) O irracional poderá ser a única coisa racional.”

Talvez para não assustar, Streeck admite que “ainda poderá demorar muito tempo até que esta ideia consiga impor-se.” Ainda que assim seja, este é, a meu ver, um caminho extremamente perigoso: a luta por uma *democracia sem capitalismo* (para substituir o *capitalismo sem democracia*) não pode passar pela aceitação do *irracionalismo*. *O irracional nunca poderá ser a única coisa racional*. Porque o *irracional* é a *ausência de razão* e o *sono da razão gera monstros*.

17. – Creio ser hoje pacífico que o nazi-fascismo surgiu, na Europa dos anos 1920/1930, no quadro de uma crise económica profunda, prolongada e generalizada a todo o mundo capitalista. A debilidade da economia não permitia resposta fácil às reivindicações dos trabalhadores.

● A necessidade de garantir o *governo da economia* surgiu com o anúncio dos primeiros sinais da crise, num tempo em que o sistema assentava em estruturas empresariais fortemente concentradas e muito poderosas, que constituíam a base do poder de *burguesias nacionais* que dominavam boa parte da economia e controlavam o poder político, aspirando também (sobretudo na Alemanha, na Itália e no Japão) a conquistar um quinhão numa nova partilha dos territórios colonizados ou a colonizar. Naquelas condições históricas, tornou-se impossível às *burguesias nacionais* assegurar o seu domínio de classe no quadro da chamada *democracia burguesa*. A liquidação da *ordem democrática* foi a solução encontrada, também para combater a ‘ameaça comunista’, que vinha com os ventos de leste,

originários da Rússia dos *soviets*. Aboliram-se as *classes sociais* por decreto, proibiram-se as organizações dos trabalhadores (partidos e sindicatos) e criminalizou-se a *luta de classes*, obrigando os trabalhadores a prosseguir o chamado ‘bem comum’ (de mão dada com os grandes empresários monopolistas no seio das organizações corporativas).

O *fascismo* dos anos 1930/1940 foi anti-liberal, anti-democrático e anti-socialista. Assumiu a economia como uma questão de Estado e foi proteccionista. Porque este era, nas condições da época, o perfil adequado para que o *estado capitalista* pudesse desempenhar a sua função, de acordo com os interesses das *burguesias nacionais*.

- Os problemas do capitalismo são hoje diferentes dos que impuseram o recurso ao fascismo há quase um século. Hoje não existe, com a premência de então, a ameaça da expansão do comunismo, e os interesses dominantes são hoje os interesses do *grande capital financeiro*, que não tem pátria e não conhece fronteiras, defende o livre-cambismo e as políticas neoliberais.

No entanto, ao contrário do que pretendem os defensores da *contra-revolução monetarista*, o neoliberalismo não é *um sistema libertário, que dispensa o Estado*. Isto mesmo resulta da leitura atenta das obras dos seus pais-fundadores. A vida mostra, alias, que o neoliberalismo não só não dispensou o Estado, mas, ao contrário, tem exigido a presença activa de um *estado forte*, amigo dos ‘senhores’ e implacável para com os ‘servos’.

Só os cegos que não querem ver (e estes são os piores dos cegos) podem negar que o *império neoliberal* foi construído, pedra a pedra, por obra do *poder político* (os estados nacionais dos países dominantes e as organizações internacionais dominadas pelo capital financeiro e pelos seus estados). Foi o poder político que impôs a *liberdade absoluta de circulação de capitais*; que desregulou todos os mercados, em especial os mercados financeiros; que ‘privatizou’ os estados nacionais, tornando-os dependentes dos ‘mercados’ para o financiamento das políticas públicas (é o que resulta do dogma da *independência dos bancos centrais*); que criou as condições que permitiram dispensar o *compromisso keynesiano*; que criou as estruturas em que assenta o *capitalismo sem risco e sem falências*; que garantiu a impunidade aos agentes do *crime sistémico*.

Vários estudos universitários, centrados nas experiências do *thatcherismo* e do *reaganismo* sublinham que “um estado forte numa economia livre” é o lema do neoliberalismo e é uma exigência do *Consenso de Washington*.

Particularmente importantes, a este respeito, são os trabalhos de Wolfgang Streeck nos quais analisa o processo em curso de *esvaziamento da democracia*, através das receitas da *liberalização hayekiana*, para conseguir “o primado duradouro do mercado sobre a política”, a “imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas.”

O sociólogo alemão diz que, até agora, este *estado forte* tem actuado através das famosíssimas *reformas estruturais*, sempre no sentido de impedir a intervenção do *estado democrático*, para corrigir a ‘justiça do mercado’. Mas deixa um aviso: a imunização do mercado a correcções democráticas também pode ser levada a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970”, opção que ele entende não estar disponível actualmente.

Quer dizer: se as condições o permitirem (ou o impuserem...), o *estado capitalista* pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*.

- Todos temos a sensação de que vivemos no fio da navalha. A sobrevivência deste *capitalismo do crime sistémico* pode exigir o regresso do terror à Europa e ao mundo.

Está na moda chamar *populismo* ao *fascismo*. É o *fascismo escondido com o populismo de fora*. A *ditadura do grande capital financeiro* vem-se traduzindo já em *novas formas* do poder político, de natureza transnacional, umas semi-secretas (Grupo de Bilderberg, Forum Davos, G7...), outras criadas “à porta fechada”, sem ouvir os povos. E a repressão e a violência vão assumindo *novas formas*: campanhas de ‘diabolização’ de dirigentes políticos incómodos com base em cenários inventados e em notícias falsas; golpes palacianos (por vezes com a ‘colaboração’ dos parlamentos e dos órgãos do poder judicial); sanções económicas (verdadeira *guerra económica*, por vezes com efeitos tão dramáticos e tão mortais como os da guerra através das armas tradicionais); sabotagem de estruturas essenciais; bloqueios ilegais para provocar a escassez artificial de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais, e provocar a revolta das populações desesperadas.

18. – A Europa vive hoje um período de *grave retrocesso democrático e civilizacional*. E parece querer enveredar de novo, em força, pelo militarismo e pela corrida aos armamentos. É deprimente assistir de novo a uma corrida para o abismo, num Continente que castigou o mundo com duas guerras mundiais no século XX.

- Sabemos que a destruição imediata do *estado social* foi uma das grandes batalhas de Milton Friedman. No contexto da UE, os socialistas e sociais-democratas converteram-se ao

neoliberalismo, e as políticas neoliberais não têm espaço para a *justiça social*. Elas têm gerado desigualdades obscenas, pobreza generalizada, ofensas à dignidade das pessoas e dos povos.

Um número cada vez maior de cidadãos europeus tem a sensação de não serem levados a sério pelos seus governos. Sentem-se desprezados, humilhados e ofendidos a sua dignidade, quando vêem os ricos cada vez mais ricos; quando vêem os muito ricos pagar menos impostos do que aqueles que vivem apenas do seu salário; quando vêem os grandes empresários e outros ricos colocarem a sua fortuna nos paraísos fiscais; quando vêem o Estado conceder milhões de euros de benefícios fiscais às empresas que já ganham milhões, ao mesmo tempo que lhes dizem não haver dinheiro para manter o sistema público de saúde, a escola pública e o sistema público de segurança social, para garantir a todos o acesso a uma habitação condigna, e não haver dinheiro para oferecer a quem trabalha um emprego estável e um salário digno, enquanto as grandes empresas arrecadam lucros de milhões e milhões de euros.

As pessoas ficam ‘zangadas’ quando os ‘sabichões’ que as desprezam lhes dizem *não haver alternativa* para as *políticas de austeridade* que sacrificam milhões de pessoas no altar de *deuses invisíveis*. Se alguém lhes diz que a *culpa é do sistema*, votam nos partidos que se dizem *anti-sistema* (embora sejam os *mais radicais defensores do sistema*), sem se darem conta de que estão a votar contra si próprias, dando poder aos inimigos da democracia. Na sua grande maioria, essas pessoas não são fascistas, são pessoas esquecidas e mal tratadas, desesperadas, que acabam por correr para o abismo.

- A evolução do espectro político registada na generalidade dos países da Europa mostra que têm razão os que defendem que, em regra, *as mesmas causas produzem os mesmos efeitos*.

Vários partidos da extrema-direita, fascistas ou proto-fascistas, vêm ocupando lugares de poder um pouco por toda a Europa: na Itália, na Áustria, na Polónia, nos Países Baixos, nos Países Bálticos, na Suécia, na Hungria. Na Alemanha, o partido neo-nazi acaba de ficar em segundo lugar; na França e em Portugal, partidos de extrema-direita são os terceiros partidos mais votados.

Não quero dizer que vivemos na UE em regime fascista. Entendo, porém, que a UE tem patrocinado e praticado políticas que estão a criar as condições favoráveis para o crescimento dos partidos de extrema-direita, alguns assumidamente fascistas. Em outros períodos da História recente da Europa foi isto mesmo que aconteceu: o neoliberalismo não é apenas incompatível com a democracia, o neoliberalismo é o agente semeador do fascismo.

• Todos temos a noção de que a realidade que nos rodeia é muito complexa. Na Europa, há quem fale que, como *danos colaterais* da crise aberta com a entrada em funções da Administração Trump, podem acontecer a dissolução da OTAN e a implosão da União Europeia. Quem sabe se, começando do zero, a Europa conseguiria escolher o rumo certo para um futuro de prosperidade, num ambiente de paz e cooperação com todos os povos do mundo.

O centro do mundo está a mudar e eu espero que o Brasil possa continuar a assumir o seu papel no seio dos BRICS e em outras instâncias internacionais e que ganhe o seu lugar como membro permanente do Conselho de Segurança. O mundo precisa de um Brasil democrático, capaz de um desenvolvimento correspondente à grandeza dos seus recursos e à qualidade da sua gente, para que consiga erradicar a pobreza e atingir elevados graus de justiça social e de bem-estar para todos os brasileiros. Eu acredito que a juventude brasileira saberá preservar a democracia neste *Brasil-Pátria-Amada*.

Como diz o verso de Camões, *todo o mundo é composto de mudança*. E nós temos de muito para compreender a realidade que nos cerca e as mudanças que ela sofre. Só assim, *aprendendo, aprendendo, aprendendo sempre*, poderemos cumprir o nosso dever de ajudar a *transformar o mundo*.

É essencial valorizar o *trabalho teórico*, que nos ajuda a compreender a realidade para melhor intervir sobre ela de acordo com as leis históricas da sua *transformação*. É essencial levar a sério a *luta ideológica* (um terreno privilegiado da *luta de classes* nestes nossos tempos), que nos ajuda a combater os interesses estabelecidos e as ideias feitas e que é, hoje mais do que nunca, um factor essencial das lutas políticas e das lutas sociais que fazem andar o mundo.

Os intelectuais em geral e os universitários em particular têm especiais responsabilidades neste domínio. As condições não parecem particularmente favoráveis, mas esta é uma luta inadiável.

Blumenau, 11 de Março de 2025

António Avelãs Nunes

Referências Bibliográficas

Anderson, Perry – “A Europa face à hegemonia alemã”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Dezembro/2012.

Avelãs Nunes, António José – *A Crise Atual do Capitalismo – Capital Financeiro, Neoliberalismo, Globalização* (Prefácio do Prof. Doutor Eros Roberto Grau), São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2012;

- *QUO VADIS, EUROPA?* (com Prefácio do Prof. Doutor Fernando Facury Scaff), São Paulo, Editora Contracorrente, 2016;
- *O neoliberalismo não é compatível com a democracia* (a Apresentação do livro e do Autor é do Prof. Doutor Fábio Corrêa de Oliveira; o Prof. Doutor Luís Roberto Barroso escreveu o Prefácio; o Autor escreveu *Uma palavra de apresentação*), Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris e Faculdade Guanambi Editora, 2016;
- *Os caminhos da social-democracia europeia*, com Prefácio dos Doutores Aldacy Rachid Coutinho e Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, São Paulo, Tirant lo Blanch, 2019;
- *O estado capitalista e as suas máscaras* (Prefácio do Prof. Doutor Fábio Konder Comparato), 3ª edição, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2021;
- *Compreender o Mundo para o Transformar até “Ver uma Flor Brotar do Impossível Chão” – Homenagem a Celso Furtado no Centenário do seu Nascimento*, São Paulo, Quartier Latin, 2021;
- *A Integração Europeia. Um Projecto Imperialista*, Lisboa, Edições Avante!, 2022;
- *O Mundo Velho está a Morrer, o Mundo Novo Ainda não Nasceu: Este é o Tempo dos Monstros – Apontamentos para Tentar Compreender a Guerra na Ucrânia* (Apresentação do Prof. Doutor Fernando Scaff), BH/SP, Editora D’Plácido, 2024;
- *O capitalismo do crime sistémico – Memórias de dez anos de presença na luta das ideias, um dos palcos da luta de classes*, São Paulo, Boitempo, 2024;
- *A Europa otanizada*, Recife, Editora Publius, 2024 (Prefácio do Prof. Doutor José Luís Bolzan de Moraes).
- Beck, Ulrich – *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”: Estratégias de Poder na Crise do Euro*, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013.
- Bessner, Daniel – «Empire Burlesque: What Comes After the American Century?», em Harper’s Magazine, 1-7-2022, disponível em <https://harpers.org/archive/2022/07/what-comes-after-the-american-century/>.
- Blyth, Mark – *Austeridade – A história de uma ideia perigosa*, trad. port., Lisboa, Quetzal, 2013.
- Cassen, Bernard – “Ressurreição da ‘Constituição’ Europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Dez/2007.
- Chevènement, Jean-Pierre – *Pour l’Europe votez non!*, Paris, Fayard, 2005.
- Chomsky, Noam – *Quem governa o mundo*, Lisboa, Editorial Presença, 2016;
- “Ucrânia: Solución Negociada, Seguridad Compartida”, comunicação apresentada no Seminário Internacional organizado pela Universidade Carlos III de Madrid, 31-3-2022, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=n2tTFqRtVKA>, legendado em castelhano;
- “How To Prevent World War III”, entrevista concedida a Nathan J. Robinson, em *Current Affairs*, de 13-4-2022, disponível em <https://chomsky.info/20220413/>;
- “Ukraine, Diplomacy Has Been Ruled Out”, entrevista concedida a David Barsamian para o *Tom Dispatch*, 16-6-2022, disponível em <https://chomsky.info/20220616/>.
- Chossudovsky, Michel – *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*, trad. port., Lisboa, Editorial Caminho, 2003.
- Davet, Gérard e Fabrice Lhomme – *Un Président ne devrais pas dire ça... – Les secrets d’un quinquennat*, Paris, Stock, Outubro/2016.
- Fiori, José Luís – «A desordem mundial e o Brasil», em *Observatório Internacional do Século XXI* (UFRJ), Setembro/2023, 6-10;
- «BRICS+ e a nova maioria global», em *Observatório Internacional do Século XXI* (UFRJ), Setembro/2023, 11-15.

- Gamble, Andrew – *The Free Economy and the Strong State – The Politics of Thatcherism* (2ª edição), Londres, MacMillan, 1994.
- Geese, Hans-Jürgen – «A América declarou guerra à Alemanha», tradução para português de um artigo publicado no jornal alemão *Andervelt on line*, publicado em Geopol.pt, 15-10-2022, disponível em <https://geopol.pt/a-america-declarou-guerra-a-alemanha/>.
- Grau, Eros Roberto – “O Estado/estado da democracia”, em *Estudos do Século XX*, nº 13 (2013), 25-29.
- Habermas, Jürgen – *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.
- Hedges, Chris – “Ukraine: The War That Went Wrong”, publicado em sheerpost.com, em 29-1-2023, disponível em <https://scheerpost.com/2023/01/29/chris-hedges-ukraine-the-war-that-went-wrong/>, publicado em português em *A Viagem dos Argonautas*, 3-2-2023, disponível em <https://aviagemdosargonautas.net/2023/02/03/a-guerra-na-ucrania-ucrania-a-guerra-que-correu-mal-por-chris-hedges/>.
- Hersh, Seymour – “How America Took Out The Nord Stream Pipeline”, de 12-2-2023, disponível em <https://seymourhersh.substack.com/how/how-america-took-out-the-nord-stream>, e também em <https://www.publico.pt/2022/09/27/mundo/noticia/detectadas-duas-fugas-gas-nord-stream-1-kremlin-nao-exclui-sabotagem-2021966>.
- Irti, Natalino – *L'Ordine Giuridico del Mercato*, Bari, Laterza, 1998.
- Jennar, Raoul-Marc – “Dois tratados para um golpe de estado europeu”, em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., Jun/2012.
- Judt, Tony – *PÓS-GUERRA – História da Europa desde 1945*, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2007.
- Kalecki, Michael – “Political Aspects of Full Employment”, em E. K. Hunt and Jesse G. Schwartz, (Eds.), *A Critique of Economic Theory. Selected Readings*, Penguin Books, 1972, 420-430 (ensaio publicado originariamente em *Political Quarterly*, Vol. 14, 1943, 322-331).
- Krugman, Paul – “Quando a austeridade falha” (artigo em *The New York Times*, publicado no *Jornal i*, 25.5.2011);
- *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.
- Lordon, Frédéric – “A desglobalização e os seus inimigos”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Agosto/2011;
- Mearsheimer, John J. – “The Great Delusion with Professor John Mearsheimer”, conferência para apresentação do livro do Professor de Chicago *The Great Delusion: Liberal Dreams and International Reality*, realizada em *The Bush School of Government and Public Service*, Outubro de 2018, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=jrE_RPNogG4;
- “The Causes and Consequences of the Ukraine War”, conferência em The Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University Institute, em Florença (6-6-2022), cujo vídeo está disponível em <https://youtube.com/watch?v=qciVozNtCDM&t=125s>. O texto foi publicado em *The National Interest*, 23-6-2022, e está disponível em <https://nationalinterest.org/feature/causes-and-consequences-ukraine-crisis-203182>.
- “The Darkness Ahead: Where The Ukraine War is Headed”, John’s Substack, 23-6-2023, disponível em <https://mearsheimer.substack.com/p/the-darkness-ahead-where-the-ukraine>;
- “Por que é que as grandes potências guerreiam entre si”, em *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, Agosto de 2023.

- Merkel, Angela – Entrevista ao jornalista Alexander Osang, da revista *Der Spiegel* realizada no Teatro Berliner Ensemble, de Berlim, em 7-6-2022, disponível em alemão em <https://www.youtube.com/watch?v=hiwnD00kV0w&t=1854s>.
- Moscovici, Pierre – *Dans de clair-obscur surgissent les monstres: choses vues au coeur du pouvoir*, Paris, Plon, 2018.
- Rockhill, Gabriel – “[Fascism: Now You See It, Now You Don't](https://www.counterpunch.org/2020/10/12/fascism-now-you-see-it-now-you-dont/)”, em *CounterPunch*, 12-10-2020, disponível em <https://www.counterpunch.org/2020/10/12/fascism-now-you-see-it-now-you-dont/>.
- Sachs, Jeffrey – Encuentro Jeffrey Sachs no Gate Center de Madrid, 14-06-2022, disponível em <https://gatecenter.org/encuentro-jeffrey-sachs>.
- Sarre, Georges – *L'Europe contre la Gauche*, Paris, Eyrolles, 2005.
- Sen, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., São Paulo, Companhia das Letras, 2000;
– “Capitalism Beyond the Crisis”, em *The New York Review of Books*, Vol. 16, nº 5, Março/2009.
- Stiglitz, Joseph E. – *Globalization and its Discontents* (2002), trad. em castelhano, *El Malestar en la Globalización*, Madrid, Santillana Ediciones Generales, 2002;
– *O Preço da Desigualdade*, trad. port., Lisboa, Bertrand, 2013;
– *O EURO – Como uma moeda única ameaça o futuro da Europa*, trad. port., Lisboa, Bertrand Editora, 2016.
- Streeck, Wolfgang – *The Crisis in Context – Democratic Capitalism and Its Contradictions*, MPIfG Discussion Paper 11/15, Max-Planck-Institut für Gesellschaftschung, Colónia, Outubro/2011 (disponível em <http://ssrn.com.abstract=1950558>).
– *Tempo Comprado – A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, trad. port., Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013;
– “Uma hegemonia fortuita”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Maio/2015;
– *Discussion Forum*, intervenção de W. Streeck, “On the dismal future of capitalism”, em *Socio-Economic Review*, 2016, Vol. 14, nº 1, 164-170;
– *How will Capitalism End? Essays on a Falling System*, Londres/N. York, Verso, 2016;
– “Europe under Merkel IV: Balance of Impotence”, em *American Affairs*, Vol. II, nº 2 (2018), 162-192. Disponível em <https://americanaffairsjournal.org/author/wolfgang-streeck/>
- Todd, Emmanuel – *La Défaite de L'Occident*, Paris, Gallimard, 2024. Disponível em <https://americanaffairsjournal.org/author/wolfgang-streeck/>
- Varoufakis, Yanis – *Os fracos são os que sofrem mais? – A crise da Europa e a estabilidade global ameaçada*, Lisboa, Marcador Editora, 2016.

Editor geral:
Dr. Marcelino Meleu

Editoras executivas:
Martina Hering Ferreira
Janine Miranda Weiner Vicente da Silva
Júlia Mogk Ehrat